

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O COMPORTAMENTO DE O ESTADO DE SÃO PAULO
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010
2011**

LEOPOLDO MATEUS DA SILVA RIBEIRO

RIO DE JANEIRO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O COMPORTAMENTO DE O ESTADO DE SÃO PAULO
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010
2011**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

LEOPOLDO MATEUS DA SILVA RIBEIRO

Orientador: Prof. Marcos Dantas

RIO DE JANEIRO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O comportamento de o Estado de São Paulo nas eleições presidenciais de 2010**, elaborada por Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcos Dantas
Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Me. Nilo Sérgio Silva Gomes
Mestre em Memória Social pela PPGMS - UNIRIO
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Suzy dos Santos
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Faculdade de Comunicação - UFBA
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Leopoldo Mateus da Silva.

O comportamento de O Estado de São Paulo nas eleições presidenciais de 2010. Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Marcos Dantas

RIBEIRO, Leopoldo Mateus da Silva. **O comportamento de O Estado de São Paulo nas eleições presidenciais de 2010.** Orientador: Marcos Dantas. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho analisa a cobertura das eleições presidenciais, de 2010, realizada pelo jornal “O Estado de São Paulo”. Como o periódico anunciou oficialmente, em editorial, apoio à candidatura de José Serra, o trabalho procura responder a uma pergunta simples: teria a posição editorial influenciado na cobertura noticiosa das eleições? As manchetes de capa, chamadas de capa e matérias principais da quarta página (área mais nobre da seção de política) dos meses de agosto, setembro e outubro de 2010 são o material de análise do estudo de caso, que busca descobrir a que tipos de notícia o jornal deu ênfase durante esses meses. A análise é precedida por dois capítulos teóricos, que discutem o conceito de opinião pública e a importância da imprensa na sua formação, as peculiaridades do campo jornalístico, a importância dos editoriais dos grandes jornais, a tendência econômica liberal da grande imprensa brasileira, e casos claros de posicionamentos que marcaram a história de “O Estado de São Paulo”.

Sumário

1. Introdução

2. O poder do jornalismo

2.1 A opinião pública e a imprensa

2.2 O campo jornalístico

2.3 Os editoriais e sua importância

3. Tendência econômica liberal e o conservadorismo político de O Estado de São Paulo

3.1 Casos: Revolução Constitucionalista de 1932, Golpe Militar de 1964, Constituinte de 1988, Comportamento dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e Eleição de Fernando Collor

3.2 O neoliberalismo e as influências externas: Reagan e Thatcher

4. O Estado de São Paulo apóia José Serra nas eleições presidenciais de 2010

4.1 O editorial

4.2 O caso Maria Rita Kehl

5. O Estudo de Caso: A decisão editorial influenciou na cobertura noticiosa?

5.1 Manchetes de capa

5.2 Chamadas de capa

5.3 Matérias principais da quarta página

6. Conclusão

7. Bibliografia

8. Apêndice

1. Introdução

Os 136 anos de história dão a *O Estado de São Paulo* o título de mais antigo grande jornal do Brasil. Durante todo esse período, o “Estadão” escolheu explicitar suas posições contundentes, em editoriais, por diversas vezes. No ano passado, o jornal tomou mais uma atitude de claro posicionamento em sua história. No dia 26 de setembro, em editorial, o jornal declarou apoio oficial ao candidato do PSDB, José Serra, à Presidência da República, por julgar que ele faria um governo mais alinhado com aquilo que o jornal acredita ser o melhor para o país.

Uma semana depois da publicação do editorial “*O mal a evitar*”, a colunista do jornal, Maria Rita Kehl, escreveu uma coluna em que elogiava e classificava de honesta a declaração oficial de apoio por parte do jornal, mas deixava claro que a classe A não tinha direito de desqualificar os votos dos mais humildes na candidata governista Dilma Rousseff (PT) por terem eles, os pobres, tido acesso à alimentação básica pela primeira vez no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela sustentava a tese de que esses votos eram tão válidos e qualificados como quaisquer outros.

Menos de uma semana depois, a psicanalista Rita Kehl foi demitida. O jornal afirma que foi apenas uma coincidência e que o problema é que ela fora contratada para escrever sobre psicanálise e insistia em dissertar sistematicamente sobre política no espaço que lhe era cedido. Mas ela afirmou, peremptoriamente, em várias entrevistas, não ter dúvidas de que sua demissão foi causada pela posição contrária a do jornal.

O posicionamento do “Estadão”, ao lado do candidato tucano, e a polêmica demissão de Maria Rita Kehl são os pontos de partida deste trabalho para um questionamento mais profundo. Teria a posição editorial oficial do jornal influenciado de alguma forma na cobertura que *O Estado de São Paulo* fez das eleições em suas páginas noticiosas? Pode ser que sim. E também por ser que não, claro. Essa análise, objetivo deste estudo de caso, será feita no último capítulo desse trabalho dividido em quatro.

O primeiro capítulo tratará do surgimento do conceito de opinião pública, dos debates existentes em torno dessa expressão, desde sua concepção, da influência da imprensa sobre ela, das características específicas do campo do jornalístico e da importância dos editoriais na análise da ideologia dos meios de comunicação. Tudo isso, tendo como base a análise da suposta força e do poder de influência que o

jornalismo exerceria sobre seus leitores. As principais referências utilizadas foram o francês Pierre Bourdieu e o alemão Jürgen Habermas, além do clássico Gabriel Tarde.

O segundo capítulo fará uma análise histórica da formação ideológica liberal conservadora de *O Estado de São Paulo*. Embasado em referenciais teóricos de pesquisadores, como Francisco Fonseca e Maria Helena Capelato, que se debruçaram sobre a história e as características diagnosticáveis desse jornal e em posicionamentos abertamente tomados pelo “Estadão”, ao longo de mais de um século de existência. O último tópico dissertará também sobre a influência exercida pelo modelo neoliberal, adotado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra no final da Guerra Fria, na revitalização da ideologia liberal da grande imprensa brasileira.

O terceiro capítulo já tratará mais diretamente dos dois casos que serviram de estímulos para que o Estudo de Caso que será feito no último capítulo fosse realizado: o editorial em apoio à candidatura de José Serra e a demissão da psicanalista e, até outubro do ano passado, colunista do jornal, Maria Rita Kehl, que, segundo ela, como está acima, se deveu ao fato de ela ter escrito uma coluna que conflitava com a posição do jornal.

O quarto, e último capítulo, é aquele que justifica a existência dos outros três. É a análise, embasada em critérios metodológicos claros, da influência, ou não, da posição editorial de *O Estado de São Paulo* na cobertura das eleições presidenciais feita pelo jornal em suas páginas noticiosas.

O material de análise será composto pelas edições impressas do jornal de 1º de agosto de 2010 até 31 de outubro de 2010. A delimitação do espaço temporal se dá baseada no período em que o noticiário político/eleitoral passa a predominar na imprensa, logo após o término da Copa do Mundo, momento em que os políticos e jornalistas consideram como aquele em que a campanha realmente começa de forma mais contundente e decisiva, e termina na data da votação do Segundo Turno das eleições.

Dois setores específicos do jornal serão analisados: a capa e a quarta página, local onde a principal matéria de política do dia é destrinchada em *O Estado de São Paulo*. Far-se-á um levantamento qualitativo e quantitativo das matérias em que o tema foi a disputa eleitoral ou os candidatos José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva.

Por que a capa e a quarta página? Por um motivo simples. São nesses dois setores do jornal que *O Estado* coloca aquilo que quer dar relevância no noticiário político, logo, é estudando o que ocupou esses dois lugares durante esses três meses é

que se conhecerá o que o jornal quis que seu leitor soubesse, lesse com mais ênfase e o que era realmente importante para o “Estadão”.

Serão destacadas e analisadas, nas 92 edições, as matérias com conteúdo político/eleitoral em três categorias: manchete de capa, chamada de capa, matéria principal da quarta página do jornal, o local mais nobre da seção de política. Devido às repetidas referências a textos de *O Estado de São Paulo*, ele será tratado como OESP nas citações.

A partir deste levantamento do que foi publicado sobre o tema em cada um desses locais do jornal, nesses 92 dias, será feita uma análise de quais foram os temas que mais apareceram em cada uma dessas formas de notícia. Com base nessas estatísticas, como se verá, a análise se torna bem mais racional e lógica.

Assim pretende-se constatar que tipo de notícia sobre cada candidato ocupava as partes mais importantes do jornal (manchete de capa, chamada de capa, destaque da quarta página) e em que quantidade vinham as matérias que o jornal queria dar destaque sobre cada candidato. Quem foi mais objeto de denúncias? Quem foi mais objeto de série de denúncias? Quem teve suas declarações “consensualmente infelizes” rapidamente esquecidas e quem teve as suas sistematicamente lembradas e debatidas no jornal?

2. O Poder do Jornalismo

Jornalistas divulgam informações, procedentes de investigações próprias, ou de órgãos de fiscalização, que culminam na queda de ministros. Revelando escândalos que os envolvem, ou arrancando deles declarações que tornam insustentáveis suas condições políticas de permanência nos cargos, por exemplo. Só neste ano, devido a fatos relatados por jornais e revistas semanais, seis ministros de Estado já deixaram o governo da presidenta Dilma Rousseff.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, caiu por ter criticado duas colegas ministras em entrevista à revista *Piauí*. Afirmou que Ideli Salvati, das Relações Institucionais, é “muito fraquinha” e que Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, “sequer conhece Brasília”. O ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, antecessor de Hoffmann, deixou o cargo após reportagem da *Folha de São Paulo* revelando que seu patrimônio cresceu 20 vezes entre 2006 e 2010. Ele oferecia consultoria a empresários que, segundo ele, consideravam “útil” sua experiência como ministro da Fazenda no primeiro governo Lula. O ministro do Turismo, Pedro Novais, caiu pela divulgação de que a Polícia Federal descobriu fraudes de R\$ 4,4 milhões em convênios entre o Ministério do Turismo e o Ibrasi.

O ministro dos Esportes, Orlando Silva, teve de deixar o governo após reportagem da revista *Veja* em que um ex-colega de partido do ministro, o PCdoB, acusava Orlando de receber propina, em espécie, na garagem do Ministério. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, caiu após a mesma revista *Veja* denunciar um esquema de propina em seu Ministério. Já o ministro Wagner Rossi pediu demissão após relatos do jornal *Correio Brazileiro* de que ele viajava em aviões de uma empresa que tem contratos com o Governo e de a revista *Veja* revelar a ação livre de um lobista de empresas agropecuárias junto ao ministro.

Em todos os casos quem tornou públicos os fatos foi a imprensa. Às vezes funcionando como um primeiro motor, ao revelá-los, dando elementos para que o Ministério Público, ou a Polícia Federal, entrasse nos casos. Outras vezes tornando públicas investigações do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal ou do Corregedoria Geral da União dentro dos Ministérios e fazendo com que a permanência dos ministros nos cargos se tornasse insustentável.

Jornalistas também são os primeiros a assistir os filmes que serão lançados. Nas famosas cabines, os profissionais dos principais órgãos de imprensa têm a oportunidade

de, antes do público, assistir e avaliar as novas peças cinematográficas que entrarão em cartaz. A crítica que farão no jornal pode fazer com que leitores desistam de assistir o filme, ou que fiquem maravilhados e interessadíssimos em vê-lo.

Jornalistas são os que acompanham as grandes guerras, comentam e relatam o que acontece para o grande público. É através deles que se sabe o que ocorre nos países em conflito e como vivem as pessoas em tempos de guerra, nos lugares atacados. Os relatos humanos e os verdadeiros motivos das disputas chegam até os espectadores, ou não, dependendo da linha de cobertura estabelecida por eles e seus órgãos.

Esses três exemplos não deixam dúvidas quanto ao poder desse profissional. No entanto, ele não age como quer, não cobre os eventos que quer, não escreve somente o que lhe vêm à cabeça. Ele é peça importante de uma engrenagem, mas está submetido a diversos interesses e ordens de seus chefes. Os donos do negócio são empresários como outros quaisquer. Em *O Consenso Forjado*, Francisco Fonseca cita algumas das peças que compõem esse complexo mecanismo e teia de influências. “O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências externas de seus leitores e de toda uma gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia” (FONSECA, 2005: 33).

2.1 A Opinião Pública e a Imprensa

O filósofo alemão Jürgen Habermas, no clássico *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, descreveu o surgimento da tal esfera. Ele teria ocorrido no século XVIII, com a ampliação da participação política e com as ideias de cidadania se consolidando. A luta contra o absolutismo e a demanda por um governo representativo, e com constituição liberal, teriam contribuído para a formação da esfera pública, que também seria consequência da transformação social ocorrida entre a Idade Média e a Moderna, e a ascensão do capitalismo. O surgimento do público seria resultado das mudanças econômicas, sociais e políticas desse período, embaladas pelo crescimento rápido e pelos desejos de uma burguesia tão recente, quanto bem sucedida, consciente do poder que passava a ter e do lugar que queria ocupar. “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente com a

própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante” (HABERMAS, 1984: 42).

Como a burguesia se convertia no centro da vida econômica e era sistematicamente prejudicada pelas determinações autoritárias, principalmente quanto às taxas, que tanto prejudicavam seus negócios, ela buscou apoio da imprensa, que crescia fortemente naquela época, para construir um debate. Essa discussão teria como finalidade mobilizar a “opinião pública” para a luta por uma sociedade em que os títulos de nobreza não definissem o poder político que os homens teriam. A imprensa cresce ali como espaço de defesa burguesa de um ambiente público do qual os novos ricos também pudessem participar de forma mais decisiva.

Mas, há 110 anos, o filósofo, sociólogo e psicólogo francês Gabriel Tarde era o primeiro a se arriscar a conceber o público como ator político, em *L’opinion e la foule*. Para o pensador, as novas tecnologias da comunicação (telégrafo e a imprensa) teriam construído um público, que substituiria o conceito vigente de multidão. Um homem poderia pertencer a vários públicos. Cada um deles representaria uma corrente de opinião sobre um determinado tema, formado por ideias compartilhadas por pessoas que comungariam dos mesmos conceitos a respeito de algo. Mesmo sem nunca terem se encontrado, ou discutido sobre aquilo, para que houvesse a uniformização das posturas e das concepções sobre tal objeto ou situação.

O novo conceito vinha fazer oposição e criticar a obra *La Psychologie de la foule* (A Psicologia das massas), do compatriota Gustave Le Bon. Este defendera seis anos antes a ausência de identidade individual do homem quando se junta à massa e o surgimento de uma suposta “identidade do todo”. O homem perderia sua capacidade crítica e agiria como um primitivo desinibido, sem freios sociais, baseado tão somente na emoção, esquecido de padrões morais e de forma completamente irracional.

A grande responsável por tal fenômeno de “contaminação de opinião”, segundo Tarde, seria a imprensa. Ela se converteria no principal vetor de multiplicação de ideias em escala exponencial. Através do que estava escrito nas páginas dos jornais, milhares, ou milhões, de pessoas passariam a fazer julgamentos parecidos sobre determinados homens, situações, eventos e comportamentos. Ainda não se falava em globalização, mas já se acreditava piamente na comunhão de ideias entre distantes e desconhecidos.

As crenças seriam o objeto principal dessa discussão, recuperada por Jesús Martin-Barbero, quase um século depois, em *Dos Meios às Mediações*. Ele explica a diferença básica entre o pensamento de Tarde e Le Bon. “Em lugar de ter como espaço

de compreensão de seu estatuto social o religioso, as crenças se recolocam no espaço da comunicação, de sua circulação na imprensa. A massa é convertida em público e as crenças, em opinião” (BARBERO, 2003:63). Logo, para Tarde, o público seria o efeito psicológico da difusão de opinião.

A forma como os leitores, ou espectadores, receberiam o que é enviado por um jornal, por exemplo, e os efeitos práticos disso, também foram objetos de estudo de Gabriel Tarde. O que é publicado pelo jornal teria reflexo direto na opinião do público, o receptor das informações no modelo proposto pelo francês. Ele explica os motivos da formação de públicos. “A transformação de qualquer classe de grupos em públicos explica-se por uma necessidade crescente de sociabilidade, que torna necessário que os associados se disponham em comunicação regular mediante uma corrente contínua de informações comuns” (TARDE, 1986:56).

O termo opinião pública parece ter agradado imensamente às publicações (jornais e revistas) do mundo inteiro. Eles passaram invocá-lo sistematicamente e a se colocarem, orgulhosamente, como os formadores desta tal opinião pública. Noventa anos após Gabriel Tarde, o historiador francês Pierre Laborie atentou para os perigos do uso indiscriminado e assaz popularizado da expressão ao longo do século XX. Acredita que ela pode se tornar uma armadilha. “A opinião está permanentemente em estágio de mudança, sem uma progressão linear lógica. As representações mentais, articulação essencial entre o que é feito, as reações provocadas e suas consequências, devem sempre advir um objeto histórico. Eles têm importância fundamental nos estudos da opinião” (LABORIE, 1991:161).

Um dos maiores opositores do termo opinião pública é o francês Pierre Bourdieu. Em *A Opinião Pública Não Existe*, sua tese é de que o termo não faz sentido. Ele afirma que as tais pesquisas de opinião pública, realizadas com o objetivo de se chegar a uma média do que as pessoas acham sobre algo, não atingem seu objetivo, por seus critérios ineficazes e premissas equivocadas.

Ele rebate três postulados básicos dessas sondagens. O primeiro é que elas pressupõem que qualquer pessoa pode ter opinião sobre tudo, ou seja, que fazer uma análise sobre tal situação está ao alcance de qualquer um.

Esta competência política não é repartida universalmente. Ela, a grosso modo, varia com o nível de instrução. Dito de outra maneira, a probabilidade de se ter uma opinião sobre todas as questões que supõem um saber político é bastante compatível à probabilidade de ir ao museu. Podemos observar diferenças fantásticas: um estudante engajado em qualquer movimento

esquerdista percebe quinze divisões à esquerda do PSU, um quadro médio não vê nada. (BOURDIEU; 2001)¹

Em seguida, ele critica o fato de se considerar que qualquer uma das respostas possui valor. Ele alerta que para ser capaz de dissertar, ou responder objetivamente, sobre algo de forma intelectualmente respeitável há de ser ter competência política para tal. As pessoas podem, por exemplo, responder por “ethos de classe”, ou seja, ao invés de darem respostas baseadas em avaliações pessoais bem sedimentadas, farão comentários baseados numa certa ressonância daquilo que é defendido por sua classe social. O fenômeno ocorreria principalmente entre as classes menos abastadas.

O terceiro grande problema das pesquisas de opinião seria considerar que já que as mesmas perguntas estão sendo impostas a todos, já haveria um acordo sobre as questões que mereceriam ser colocadas. Segundo essa hipótese, os institutos já fariam um consenso sobre as possíveis soluções para um problema, por exemplo. Bourdieu ironiza a prepotência dos institutos de pesquisa por se acharem aqueles que resumem todas as possibilidades de resposta em quatro ou cinco. “Se essa noite quiséssemos nos divertir com papeizinhos e se eu lhes dissesse para escrever as cinco questões que lhes parecem mais importantes sobre o ensino, seguramente obteríamos uma lista muito diferente a partir das questões que foram efetivamente coletadas pelas pesquisas de opinião” (BOURDIEU, 2001)².

Ele ainda aponta uma série de outros problemas nas pesquisas que definiriam a opinião pública sobre certo tema. O tamanho das mostras seria extremamente irrelevante. No Brasil, por exemplo, institutos de credibilidade no mercado fazem pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República com uma amostra de 2 mil entrevistados. Isso representa pouco mais de 0,001% do eleitorado apto a votar.

Além desse, outro ponto é bastante enfatizado. O fato de toda pesquisa desse tipo ser contratada por alguém com algum interesse em algo. Bourdieu explica que o resultado bruto de uma pesquisa qualquer pode ser: 20% sim, 50% não e 30% de não respostas. O instituto vai, na maioria das vezes, omitir a alta abstenção e simplesmente dizer que a maioria absoluta é desfavorável àquilo.

Em seu estado atual a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política. Sua função mais importante consiste em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que seria a soma das opiniões individuais. A média das opiniões, ou uma opinião média. Não há nada mais inadequado para apontar o estado de uma opinião em um determinado momento do que uma

¹ Disponível em: http://www.4shared.com/document/e5eOfIBX/A_Opinio_Pblica_No_Exist_Pie.html, acessado em 20 de outubro de 2011.

² Idem

percentagem. Isso é usado para dissimular. O Deus está conosco foi substituído por “a opinião pública está conosco”. (BOURDIEU, 2001)³

Mas, independentemente de existirem, ou não, pesquisas capazes de detectar essa tal média consensual de opiniões sobre determinado assunto, ninguém discute o poder da mídia na formação da opinião de seus espectadores ou leitores. Aqueles que acompanham determinado veículo passam a tê-lo como referência de informação. O que chega até ele, leitor ou espectador, sobre determinado assunto é aquilo que aquele veículo filtrou para que chegasse. Esse é um dos temas abordados por Francisco Fonseca, em *O Consenso Forjado*. “A imprensa é uma das instituições mais eficazes na inculcação de ideias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião - constituídos pelos estratos mais médios e superiores da hierarquia social brasileira - caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais aparelhos privados de hegemonia - isto é entidades voltadas à propagação de ideias tendo em vista a obtenção de hegemonia” (FONSECA, 2005: 30).

Existem várias formas de se fazer uma cobertura parcial sobre um evento, uma eleição ou uma partida de futebol. Toda reportagem, ou cobertura jornalística, implica em seleção e, ignorar um fato, por exemplo, seria uma das principais formas de manipulação da visão do leitor. Omitir conscientemente. “A omissão deliberada é uma forma de posicionamento, pois a ausência implica presença do que se quer ocultar (sobretudo em termos políticos e tendo em vista o papel da imprensa)” (FONSECA, 2005: 28).

Apesar de ter de ser, pelo menos teoricamente, uma permanente obsessão deste tipo de profissional, atingir a tal “verdade” é pretensão demais para um repórter que além de não poder ver e ouvir tudo, vê e ouve envolvido por um manto de conceitos e valores individuais, naturais em qualquer homem, que filtram os acontecimentos.

É devido a essa precariedade da verdade jornalística – e da possibilidade de algo escrito hoje poder ser desmentido amanhã, por erro de apuração ou má fé - que os veículos vivem é da credibilidade frente a tal opinião pública, como mostra Eugênio Bucci, em *Sobre Ética e Imprensa*.

Se a verdade é precária, a credibilidade da imprensa pode ser duradoura. Ela só depende do vínculo de confiança. Daí procede a essencialidade da discussão ética quando se trata de conferir qualidade ao jornalismo. A confiabilidade e a credibilidade advêm da atitude, em relação aos fatos e ao público, daqueles encarregados de relatar os fatos a esse mesmo público – já não vêm da empáfia de quem não admite ser desmentido jamais, nem mesmo pelos fatos. (BUCCI, 2000: 52).

³ Idem

2.2 O campo jornalístico

Como as nuances e as influências que compõem o campo jornalístico são muitas, e de inúmeros tipos, se torna fundamental uma análise de seu funcionamento. Segundo Pierre Boudieu, em *Sobre a Televisão*, os próprios jornalistas criam uma autocensura no exercício da profissão. A consciência da existência de um enorme exército de reserva, em busca de uma vaga no mercado de trabalho, faria com que eles mesmos se controlassem internamente, sem que haja a necessidade de se alertar ou chamar a atenção. “O grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança no emprego)” (BOURDIEU, 1996: 103).

Mas o motivo não seria apenas o temor pela perda do emprego em um mercado que tão facilmente descarta. O crescimento profissional estaria diretamente atrelado à internalizar a filosofia jornalístico/empresarial. “Lembro-me de ter tido uma entrevista com um diretor de programação; ele vivia na evidência total. Eu lhe perguntava: ‘por que coloca isso em primeiro lugar e aquilo em segundo?’ E ele respondia: ‘É evidente’. E é sem dúvida por essa razão que ele ocupava o lugar em que estava; isto é, porque suas categorias de percepção estavam ajustadas às exigências objetivas” (BOURDIEU, 1997: 36). Quanto mais alto o cargo ocupado, mais propenso a esquecer ideologias e se dedicar a resultados concretos seria o profissional.

E como os jornalistas aprenderiam a ideologia do jornal em que acabaram de ser contratados como focas? Ficaria alguém na redação imbuído de colocar os novos valores na mente do debutante? Em *O Estudo do Jornalismo no Século XX*, Nelson Traquina narra como ocorre a perda do idealismo jornalístico e a consequente mudança de comportamento dos profissionais, que se conformam, ou se adaptam, aos ideais dos veículos em que trabalham. Os jornalistas seriam “contaminados” de forma quase imperceptível.

O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator, no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dito qual é a política editorial. Nem nunca será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar. (TRAQUINA, 2001: 53)

Em outro trecho, ele explica que só quem não sabe qual é a política editorial do veículo são os “focas”, ou seja, os novos jornalistas. Ele aponta também alguns dos

porquês que fazem com que o jornalista se adéque a ideologia vigente. Como um profissional de qualquer outra área, ele possui ambição de crescimento profissional.

Quando interrogados, respondem que a aprendem por osmose. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e aprendem as regras. Como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. (TRAQUINA, 2001: 22)

No anseio de construir um nome conhecido no meio jornalístico e de se firmar na profissão, muitos repórteres passariam por cima de suas crenças. O jornalismo se torna aí uma profissão como qualquer outra. É um profissional em busca de ascensão, melhores salários e visibilidade, que abre mão de algumas coisas em nome dessas outras. A comparação com os cientistas, que têm seu mercado descrito por Pierre Bourdieu, em *O Campo Científico*, se torna interessante. “Num campo científico autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (reputação, prestígio, autoridade, competência, etc) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame” (BOURDIEU, 1984: 127).

É a essa necessidade de reconhecimento do trabalho feito por seus pares a que se refere Alberto Dines, um dos mais respeitados jornalistas brasileiros, em *O Papel do Jornal*, quando diz que jornalista escreve para jornalista ler. O repórter, o editor e o chefe de reportagem lêem todos os jornais, comparando o seu com os outros, todos os dias, e acompanhando o trabalho dos colegas de outras redações. Prestam atenção em detalhes da edição, na ênfase dada aos acontecimentos e no texto. Afinal, são aqueles os profissionais com quem se compete e é com eles que, muito possivelmente, se trabalhará amanhã, sendo a grande imprensa brasileira um mercado tão limitado e o movimento dos profissionais tão circular. A maioria dos mais renomados profissionais da imprensa escrita brasileira já passou, antes de atingir o status atual, por pelo menos duas das consideradas três grandes revistas semanais brasileiras (*Veja*, *Época* e *Isto É*), ou dois dos três, até recentemente quatro, grandes jornais do país (*Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e o extinto *Jornal do Brasil*).

O mercado enxuto faz que a subversão ideológica, ou seja, a ação e o posicionamento político indo além (para as páginas do jornal) de sua própria convicção, tenha um lugar reservado para ela: as publicações segmentadas e de menor circulação,

como no campo científico. “Os novatos que recusam carreiras traçadas só poderão vencer os dominantes em seu próprio jogo, se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema” (BOURDIEU, 1984: 139).

Os jornalistas talentosos que não se adaptam em trabalhar nas redações como um profissional da empresa, deixando de lado, pelo menos naquele espaço, seu posicionamento ideológico contrário ao do jornal, ou revista, pode continuar repercutindo em outros veículos, de menor circulação. O maior exemplo no Brasil talvez seja Mino Carta. Ele lançou duas das maiores revistas brasileiras, *Veja* e *Isto É*, e há alguns anos fundou uma terceira. A *Carta Capital*, que apesar de uma tiragem que não chega a 3% de *Veja*, segundo a ANER (Associação Nacional dos Editores de Revista), repercute. Seu problema é discordância ideológica dos grandes meios. Para ele o problema está nas posições conservadora da imprensa brasileira. “Abre-se um debate sobre cogestão e ela logo grita: esquerdismo!” (Folhetim, 10/12/1980). Mino deixou clara também sua opinião sobre a imprensa brasileira em entrevista à Revista do Brasil, em abril de 2008. “A mídia está toda compactada nos padrões, em seus sabujos da redação, que giram em torno de uma idéia única. A idéia é reagir a qualquer tipo de ameaça, porque não se aceita a possibilidade de que o sistema possa ser interrompido, posto em risco, xeque. Espanta o comportamento dos jornalistas brasileiros”, segundo entrevista dada a Paulo Donizetti de Souza e disponível na internet (SOUZA, 2008) ⁴.

A relação entre os interesses dos patrões e as informações e convicções jornalísticas estão em permanente conflito. Mas para Maria Helena Capelato, os órgãos de imprensa ficam muitas vezes em posição complicada, devido ao número de acordos comerciais e políticos que fazem com aqueles que teriam de ser fiscalizados e investigados. Ainda trata a imprensa como “quarto poder”, nome, no Brasil, do filme estrelado por Dustin Hoffmann e John Travolta, que discutia o poder da mídia sobre a opinião pública. “Como podem os ‘empresários jornalistas’ exercerem, de forma independente, o dever de crítica se estão ligados, por vínculos materiais, políticos ou ideológicos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar? Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública. A

⁴ Disponível em: <http://humbertocapellari.wordpress.com/2008/04/30/mino-carta-entrevista-na-revista-do-brasil-politica-imprensalaio-elite-branca-e-receita-de-bacalhau/>, acessado em 22 de novembro de 2011.

interpretação do público e do privado define os limites do quarto poder”. (CAPELATO apud FONSECA, 2005: 18)

Como os interesses dos empresários da comunicação são semelhantes, o mercado acaba se tornando homogêneo. Por motivos óbvios. Eles estão submetidos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião e aos mesmos anunciantes.

2.3 Os editoriais e sua importância

Em um país com imprensa livre, como o Brasil, os editoriais talvez sejam a parte menos lida dos jornais. Mas eles são importantíssimo documento histórico. Lá, está registrada a opinião explícita daquele veículo sobre os temas relevantes, em voga naqueles dias, já que nas páginas noticiosas prevalece, teoricamente, a prática jornalística da objetividade e da isenção. Os editoriais são essenciais para se entender um pouco da história do país e do comportamento/posicionamento da imprensa perante os problemas e grandes debates de uma nação, em um determinado momento. Como os jornais não se pretendem opinativos no noticiário, reservam este espaço para explicitar sua opinião.

Segundo o historiador da comunicação, José Marques de Melo, os editoriais indicam bem mais que a opinião dos donos do negócio. São o resultado direto da mistura de opiniões dos participantes da extensa cadeia de interesses que circulam em torno do órgão e das ideias dos donos do negócio sobre o tema ali debatido.

O editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico. (MELO, 1994: 96)

Os editoriais seriam as principais muletas de auxílio ao leitor para compreender os rumos editoriais e das coberturas jornalísticas feitas por aquele jornal. Lendo diariamente, ou esporadicamente, essa carta opinativa escrita ao leitor, torna-se bem mais fácil entender muito sobre o que o jornal faz em suas páginas noticiosas. “O modo como o editoriais defendem determinadas ideias e posições e criticam outras permite-nos compreender os sentido das coberturas jornalísticas. Embora nestas haja contradição, é a opinião editorial o balizamento de um periódico. (FONSECA, 2005: 34)

Como o principal objetivo deste trabalho é analisar se o apoio explícito do jornal *O Estado de São Paulo*, declarado em editorial, do dia 26 de setembro de 2010, influenciou, ou não, na cobertura noticiosa do veículo, o que será feito no quarto capítulo, era fundamental que se explicasse um pouco da importância e daquilo que envolve e significa o editorial para um grande veículo de comunicação e para seu público.

3. Tendência econômica liberal e o conservadorismo político de O Estado de São Paulo

Os grandes jornais brasileiros, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* têm posturas políticas e macroeconômicas bem semelhantes. Em seus editoriais, costumam defender a diminuição do Estado, o corte de gastos, o combate contundente da inflação e a moralidade na vida pública. Maria Helena Capelato, historiadora do jornalismo brasileiro e autora de livros sobre a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, diz, em *Imprensa e História do Brasil*, como os donos dos grandes veículos de comunicação do país gostam de defini-los. “A grande imprensa brasileira é liberal, independente, expressa a verdade e a vontade do povo. Esta é, em síntese, a definição que a maior parte dos proprietários de jornais, de ontem e de hoje, apresenta a seus leitores” (CAPELATO, 1988:71).

Na seqüência ela critica fortemente a forma como esses jornais se qualificam. Afirma que liberal se refere a liberdade de ideias, mas diz que nos grandes jornais a liberdade é só do proprietário, que define o que será feito. Diz que o termo independente também tem limites estabelecidos pela ligação do dono do jornal com políticos, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais. Afirma que um jornal exprime verdades e mentiras e que o conceito de povo é muito vago, para que se tenha ambição de expressar sua vontade (CAPELATO, 1988: 71).

Na página seguinte, ela afirma que a imprensa brasileira é reflexo de seu povo e se arrisca a dizer até que ela tem medo da democracia. “A grande imprensa brasileira é conservadora e teme a democracia. Esta característica se deve ao fato de que a própria sociedade brasileira é conservadora. Para torná-la democrática é preciso que muitos se empenhem nessa luta” (CAPELATO, 1988: 72).

Segundo o livro *O Consenso Forjado*, de Francisco Fonseca, que se debruçou sobre a formação de uma suposta agenda ultraliberal na grande imprensa brasileira no final da Guerra Fria, *O Estado de São Paulo* caracteriza-se por defender posições liberal-conservadoras e tradicionalistas. O “Estadão” seria adepto da doutrina econômica liberal, hoje neoliberal, e ao mesmo tempo faria a ardente defesa da ordem, da autoridade e da nação.

3.1 Casos: Revolução Constitucionalista de 1932, Golpe Militar de 1964, Constituinte de 1988, Comportamento dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e Eleição de Fernando Collor

-Revolução Constitucionalista de 1932

A Revolução de 1930 tirou o domínio político do país de dois estados: São Paulo e Minas Gerais. De 1889 até 1930, presidentes paulistas e mineiros se revezaram no poder. Era a política do Café com Leite. Como o presidente em 1930 era o paulista Washington Luís, seria a vez de um mineiro sucedê-lo. Sabendo que o candidato apoiado pelo então presidente seria o paulista Júlio Prestes, o presidente de Minas Gerais arquitetou uma revolução. Antônio Carlos se juntou ao paraibano João Pessoa e ao gaúcho Getúlio Vargas para vencer o candidato paulista. Não obtendo êxito no pleito, Getúlio se tornou presidente naquela que passou a ser chamada de Revolução de 30.

As elites paulistas, obviamente, não ficaram nada contentes com o estabelecimento da Nova República. Dois anos depois, os paulistas resolveram comandar uma contra-revolta. A Revolução Constitucionalista de 1932, com participação ativa de *O Estado de São Paulo*, como mostra Maria Helena Capelato. “Organizou-se uma rebelião e a iniciativa partiu, sobretudo, de representantes da imprensa: o Grupo O Estado de São Paulo assumiu papel de liderança” (CAPELATO, 1988: 49).

-Golpe Militar de 1964

A manchete de capa *O Estado de São Paulo* um dia após o Golpe, 1º de abril de 1964, é bastante elucidativa sobre o posicionamento do veículo: “São Paulo e Minas levantam-se pela lei”. O título fazia referência aos dois estados de onde partiu a Revolução Militar. Nada assustava mais o “Estadão” do que a “ameaça comunista”. Outra manchete, do mesmo dia, era intitulada: “Kruel: contra o comunismo o movimento de São Paulo”.

Várias manchetes do dia 3 de abril comemoravam “o feito”: “O significado maior de uma vitória”, “A página que o Brasil escreveu para a história” e “Indescritível entusiasmo galvanizou a população paulista”. Em editorial, de 1º de abril, o jornal frisava que “a vitória significava o triunfo da democracia brasileira sobre a ditadura”

fazendo a alusão à crença do jornal de que seria instalada uma ditadura comunista no país, caso os militares não agissem.

Capelato conta, em *Imprensa e História do Brasil*, que representantes da imprensa participaram ativamente do Golpe e que 20 anos depois, em 1984, Ruy Mesquita, dono do jornal, admitia que o objetivo do apoio dado era “impedir o perigo comunista”. Eles inclusive teriam discutido com os militares sobre o prazo de duração do governo autoritário. Os Mesquita não aceitavam que passasse de três anos.

Mas durou sete vezes isso e o jornal foi um dos veículos brasileiros que mais sofreu com a repressão do governo e a ausência de liberdade de imprensa. Quando percebeu que o objetivo dos militares era a perpetuação no poder, o jornal se afastou do regime. Com a censura aos órgãos de imprensa, intensificada a partir do Ato Institucional número 5, publicado em 1968, o jornal encontrou uma solução criativa como forma de reação, como conta Alberto Dines, em *O Papel do Jornal*. “A memorável decisão de *O Estado de São Paulo*, em publicar poesias ou receitas culinárias no lugar das matérias proibidas pela censura, é a melhor demonstração de como esta é intrinsecamente falha, superável e pouco inteligente” (DINES, 1986: 134).

- Constituinte de 1988

No embate em torno da nova Constituição, *O Estado de São Paulo* deixa claro seu conservadorismo liberal, segundo Fonseca, em *O Consenso Forjado*. Um bom exemplo é um editorial do jornal em fevereiro de 1988, apontando o Estado como grande culpado pela crise fiscal que se instalava no país. Afirma que o setor privado não aguenta mais pagar impostos, nem tantos planos econômicos, e que o corte de gastos do governo é o caminho para a solução dos problemas. “No Brasil, os governos habituam-se a expedir pacotes, destinando-os, porém, unicamente ao setor privado, como se esse fosse o culpado pela inflação. Agora é a vez de atirá-los sobre o setor público e de deixar o setor privado respirar livremente.” (OESP, 25/02/1988, apud FONSECA, 2005: 260)

Em outros trechos desse editorial, *Pela Austeridade Rigorosa*, o jornal bate na burocracia do estado e diz que o país precisava retomar com urgência suas relações com FMI, *Fundo Monetário Internacional*, e com a comunidade financeira internacional. Em outro editorial, pouco mais de um mês depois, o jornal mais uma vez escancara sua posição econômica extremamente liberal. Em *Crise do Estado*, publicado em 11 de

abril, o “*Estadão*” elege a intervenção estatal na economia como o maior problema do país.

Nesse mesmo momento, de debate sobre a Nova Constituinte e sobre os problemas econômicos do país, *O Estado de São Paulo* recorre a citações frequentes de exemplos internacionais de países com economia liberal pujante, para servirem de modelo para o Brasil. O jornal passa a tratar o fenômeno internacional como “onda liberalizante” e afirma que o país teria de optar por aderir-la, ou copiar experiências atrasadas, baseadas no intervencionismo. “Para OESP, portanto, o Brasil teria de optar por qual modelo seguir. Por isso, em forma de pares antitéticos exagera ao dizer que seremos ou Moçambique ou Japão” (FONSECA, 2005: 264).

-Comportamento dos Estados Unidos durante a Guerra Fria

O apoio de *O Estado de São Paulo* a diversas intervenções norte-americanas em países pelo mundo, talvez seja o melhor exemplo desse conservadorismo liberal que impera na política editorial do jornal. Ao mesmo tempo em que defende as liberdades individuais e o direito soberano das nações de decidirem seu futuro, o jornal acredita que o Estados Unidos cumpriam um papel importante quando se movimentava interferindo na política interna de vários países. Como explica Fonseca: “O seu controvertido liberalismo confere aos E.U.A – na arena mundial – papel semelhante ao dos militares brasileiros internamente, pois aquele país é legitimado como uma espécie de ‘polícia do mundo’, por meio de suas forças armadas” (FONSECA, 2005: 178).

O jornal justifica sua posição explicando que o considera o ocidentalismo, baseado em valores cristãos e capitalistas, e disseminado pelos Estados Unidos, o seu modelo ideal. “*Estadão*” tem no gigante norte-americano um modelo de democracia e capitalismo. O jornal defendia a tese de que o Estados Unidos “protegiam” o mundo.

Francisco Fonseca ainda dá exemplos de duas atitudes tomadas pelos Estados Unidos, em países comunistas, que foram totalmente apoiadas pelo *Estado*. “Não é à toa que o financiamento ao panfleto anti-sandinista Nicarágua Hoy e aos ‘contras’ em geral pelos E.U.A, assim como o embargo econômico a Cuba foram vigorosamente apoiados pelos jornal” (FONSECA, 2005: 176).

Um trecho do editorial de *O Estado de São Paulo*, de fevereiro de 1989, é revelador quanto a opinião do jornal sobre o comunismo. “A revolução sandinista serviu para que se conhecesse até onde pode chegar a estultice dos que veem o mundo pela lente da ideologia” (OESP, 22/02/1988, apud FONSECA, 2005: 261).

-Eleição de Fernando Collor

O jornal apoiou Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989. No histórico editorial *Votar na Revolução Liberal*, *O Estado* afirmou que a opção pela modernidade teria consequências ainda não previstas para o desenvolvimento brasileiro. Frisou que o voto pela modernidade era o voto dado à grande revolução liberal, que o país tanto precisaria. “Assim, escolher será fácil porque o que o sr. Fernando Collor de Mello deixa entrever nas suas posições é a compreensão de um mundo só, interdependente, enquanto o sr. Luiz Inácio Lula da Silva e aqueles que com eles fazem a sua caminhada para trás só sabem acenar com o Estado e mais Estado a despeito de ‘desprivatizar’ o Estado” (OESP, 17/12/1989, apud FONSECA, 2005: 326).

Nesse trecho o periódico defende já ali o conceito de um mundo globalizado e onde um país é tão melhor quanto mais integrado na teia de relações com os outros. Deixa claro, mais uma vez, suas posições liberalizantes e de diminuição do tamanho do Estado. Esclarece que, para o jornal, o governo brasileiro deveria se desaparelhar e incrementar várias mudanças estruturais, que aconteceriam nos próximos anos à publicação dessa carta ao leitor. A defesa do enxugamento da máquina, dos cortes nos gastos e da privatização é clara e evidente.

O jornal ainda vincula liberalismo à modernidade, como forma de mostrar que aquilo que pensa e no que creem Lula e seus companheiros políticos representa o atraso e que não é esse o modelo de governo que vinha dando certo pelo mundo.

3.2 O neoliberalismo e as influências externas: Reagan e Thatcher

No final da década de 1970, e no início da década de 1980, dois governantes com visões econômicas bem parecidas assumiram o Estados Unidos e a Inglaterra. Ronald Reagan, na América, e Margareth Thatcher, na Europa, instituíram um novo modelo de atuação do Estado que se disseminou pelo mundo e até hoje é o padrão em vários países.

Nesses duas nações, a família, a religião e a ascensão social por mérito próprio, que sempre haviam sido valorizadas, foram enfatizadas nesse período. De origem liberal conservadora, a visão era que o Estado deveria contribuir diminuindo os gastos com a proteção social, já que as oportunidades oferecidas pelo mercado sem interferência do governo seriam muitas e o esforço individual deveria ser valorizado e teria espaço para

brilhar nesse contexto. O historiador Eric Hobsbawm conceitua o neo-liberalismo, em *O século XXI – Reflexões sobre o futuro*.

O processo de globalização é sem dúvida irreversível e, em alguns aspectos, independente daquilo que os Governos fazem. Mas outra coisa é a ideologia baseada na globalização, a ideologia do free market, o neoliberalismo, o que também foi chamado "fundamentalismo do livre mercado". Esta ideologia baseia-se na convicção de que o livre mercado maximiza o crescimento e a riqueza do mundo e produz uma distribuição optimal do aumento. Todas as tentativas de regular e de controlar o mercado devem dar resultados negativos, pois reduzem a acumulação do lucro capitalista, e logo impedem a maximização da taxa de crescimento (HOBSBAWN, 2000: 58).

Várias medidas econômicas, que ficaram conhecidas como capitalismo popular, foram tomadas como o fim de desapeçar o Estado, que passaria a só ser um juiz das relações econômicas firmadas entre os cidadãos. As empresas foram privatizadas e as ações vendidas a cidadãos comuns, da forma mais espalhada possível. A proteção social diminuiu e a construção de casas populares não era mais tarefa do governo. O Estado Mínimo só teria de propiciar e cuidar da manutenção de um terreno fértil para o sucesso da livre iniciativa e do empreendedorismo. Tudo para valorizar a virtude. O sujeito detentor dela conseguiria seu espaço e a riqueza, através de seu suor e de seu talento. É a valorização, ao extremo, do *self made man*.

Como Estados Unidos e Inglaterra, os dois principais países do lado “vencedor” da Guerra Fria, pelo menos na ideologia, alardeavam pelo mundo inteiro o suposto sucesso desse modelo econômico, escolhido e implantado por eles e vários países do mundo estavam afetados pelo difícil momento econômico mundial da década de 1980, em 1989 um programa foi desenvolvido pelos anglo-saxões com o objetivo de melhorar a situação na América Latina. *O Consenso de Washington*, como ficou conhecido, estabeleceu um modelo com regras ou iniciativas que deveriam serem adotadas por esses países para saírem do marasmo econômico, recuperarem suas economias a expectativa de crescimento. Algumas delas eram:

- Privatização
- Controle rígido dos gastos públicos
- Desregulamentação
- Câmbio livre
- Diminuição dos impostos para a produção

Como fica evidente, todas essas medidas são de caráter amplamente liberal e sua adesão pelo mundo está diretamente ligado à dissolução da União Soviética e à crise nos países socialistas. O conceito de globalização ganha força e os mercados mundiais cada vez mais se abrem uns aos outros. O FMI, *Fundo Monetário Internacional*, e o *Banco*

Mundial (Bird) passam a emprestar dinheiro para as economias em desenvolvimento e a cobrar delas o cumprimento dos tópicos básicos estipulados pelo *Consenso de Washington*, como garantia (FONSECA, 2005).

Conquistada pela propaganda e pelos efeitos das mudanças estruturais realizadas por esses dois países na economia, a imprensa brasileira passou a encampar os valores e premissas básicas do *neoliberalismo* em suas matérias e editoriais. A vigorosa defesa dele foi, naquele período, e é até hoje, parte do ideário e da agenda comum dos grandes jornais brasileiros. *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* revitalizam assim suas ideias já bem congruentes com esses novos rumos propostos.

Em um editorial de julho de 1989, *O Globo* deixa clara sua opinião sobre a intervenção do estado na economia, naquele momento, ao analisar o que acontecia na vizinha Argentina. “O governo peronista de Menem rendeu-se à evidência da falência do Estado intervencionista, protecionista e populista.” (*O Globo*, 23/07/1989, apud FONSECA, 2005: 231). A *Folha de São Paulo* também deixa claro que o novo modelo tem de ser adotado, mas ressalta também sua preocupação com problemas que poderiam acontecer. “Defender o princípio da livre iniciativa, da competição e da concorrência não significa abandonar um conjunto específico de regras e normas, que visem corrigir as distorções eventuais que possam ocorrer”. (*Folha de São Paulo*, 04/04/1989, apud FONSECA, 2005: 297).

Nessa mesma linha, *O Estado de São Paulo* aparece sendo, talvez, ainda mais eloquente e encampando ainda mais o ideal do neoliberalismo. Um editorial de março de 1989 critica a paralisação das privatizações no país. “A miopia estatizante, que impede que empresas privadas respondam pela geração e distribuição de energia e pela instalação de serviços de telecomunicações, agrava a situação criada pelo próprio governo, que não aumentou as tarifas.” (OESP, 11/03/1989, apud FONSECA, 2005: 314).

O termo “miopia estatizante” é forte e bastante elucidativo. Mostra o quão evidente era para *O Estado de São Paulo* a necessidade de reformas estruturantes no país naquela conjuntura. O jornal deixa bem claro que cuidar da distribuição de energia e das telecomunicações não deveria ser papel do Estado. A iniciativa privada deveria ser a concessionária desses serviços, através de privatizações e empresas deveriam responder no mercado por essas atribuições.

Em outro editorial, no mês de agosto, o jornal invoca para ele e outros veículos de imprensa o dever de denunciar o monopólio estatal. “É dever dos órgãos de

comunicação de massa chamar atenção para os males e os perigos da estatização com monopólio, bem mais insidiosos do que os da estatização pura e simples, os quais nada têm de insignificantes.” (OESP, 06/08/1989, apud FONSECA, 2005: 321)

Nesse trecho, “*Estadão*” também esclarece o que pensa sobre a estatização e o monopólio. Afirma que a estatização já é repleta de riscos para a economia, mas que amparada em um monopólio pode ser ainda mais catastrófica.

Por fim, outra carta aos leitores escrita em durante a campanha eleitoral de 1989 posiciona o jornal com imensa clareza na disputa ideológica que ali se dava entre o Estado Máximo, que para o jornal estava representado na figura de Lula, e o Estado Mínimo, que o *Estado* considerava que viria com Fernando Collor. “Esta revolução liberal é a da abertura progressiva do mundo, da autonomia da sociedade diante do Estado, do triunfo do espírito do mercado (o espírito do capitalismo), da ideia de que todos são cidadãos por serem iguais em direitos legais e oportunidades de acesso não só a produção de bens, mas também aos frutos do esforço produtivo humano”.(OESP, 17/12/1989, apud FONSECA: 2005: 326).

Os principais valores pregados pelo jornal estavam publicados neste editorial. Nele, o “*Estadão*” qualifica a revolução liberal, que ele acreditava ser uma necessidade óbvia do Brasil. Diz que o país precisava abrir sua economia novamente para o mundo, o que aconteceria logo na sequência histórica, no Governo Collor. Prega a autonomia do cidadão diante do governo. Enfatiza que crê na vitória do espírito capitalista pelo mundo e na igualdade de direitos básicos entre todos os homens. Tanto aqueles garantidos pela Carta Magna, como o de ter a chance de vencer pelo esforço, suor e determinação.

4. O Estado de São Paulo apoia José Serra nas eleições presidenciais de 2010

Na campanha presidencial de 2010 cada movimento dos três principais candidatos à Presidência da República foi acompanhado pela imprensa, principalmente de julho em diante. Encerrado o mês de junho, em que as discussões ainda giravam muito em torno dos candidatos a vice-presidente nas chapas de Dilma Rousseff (PV), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), a campanha esquentou e a cobertura dos meios de comunicação foi cedendo mais espaço aos debates eleitorais.

A partir de agosto, as pesquisas já eram quase unânimes em apontar a candidata do governo, Dilma Rousseff, como a grande favorita. Em meados do mês, várias delas já insinuavam que Rousseff poderia vencer no Primeiro Turno, na onda de popularidade sem precedentes na história da Nova República, que atingida pelo presidente Lula, seu principal apoiador, no final de seu segundo Governo.

A diferença surpreendente até para conceituados analistas políticos, como o presidente do IBOPE, Carlos Augusto Montenegro, que afirmou no meio de 2009 que o candidato José Serra venceria em primeiro turno, acirrou os ânimos e uma onda de denunciismo tomou conta da imprensa brasileira.

O escândalo da suposta quebra de sigilos fiscais do tucano Eduardo Jorge, um dos coordenadores da campanha de Serra, que teria sido feita por militantes petistas em parceria com auditores da Receita Federal vazou para a imprensa e tomou conta do noticiário por várias semanas. Pouco foi provado, mas a campanha de Dilma foi atingida e sua queda nas pesquisas foi expressiva, logo após as denúncias.

Já em setembro, um caso de tráfico de influência envolvendo a subordinada direta de Dilma Rousseff no Ministério da Casa Civil, Erenice Guerra, foi deflagrado pela imprensa e as pesquisas indicaram nova acentuada queda da candidata governista nas sondagens feitas pelos institutos.

As pesquisas não apontavam uma aproximação contundente de José Serra, mas uma grande perda de votos de Dilma Rousseff para Marina Silva, do PV, que poderia levar a eleição para o Segundo Turno, entre Rousseff e Serra.

Pouco mais de uma semana antes das eleições, que ocorreriam em 3 de outubro, um fato novo mexe com o meio jornalístico. O Estado de São Paulo se coloca oficialmente ao lado do candidato tucano José Serra na disputa presidencial.

4.1 O Editorial

O jornal O Estado de São Paulo declarou, em 26 de setembro de 2010, apoio oficial ao candidato José Serra, do PSDB, à Presidência da República. No histórico editorial “O mal a evitar”, O “Estado”, uma semana antes do Primeiro Turno, explicou porque acreditava ser o candidato tucano a melhor opção para comandar o país nos quatro anos seguintes e fez severas e contundentes críticas ao comportamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o processo eleitoral.

O Editorial começou respondendo às críticas do presidente de que considerável parcela da grande imprensa brasileira se comportaria como um partido político. “Lula, que tem o mau hábito de perder a compostura quando é contrariado, tem também todo o direito de não estar gostando da cobertura que *O Estado*, como quase todos os órgãos de imprensa, tem dado à escandalosa deterioração moral do governo que preside” (OESP, 26/09/2010).

Na sequência, o texto defende que: “Há uma enorme diferença entre ‘se comportar como um partido político’ e tomar partido numa disputa eleitoral em que estão em jogo valores essenciais ao aprimoramento se não à própria sobrevivência da democracia no país” (OESP, 26/09/2010). Desta forma o Estado começa a justificar a posição que tomará logo no próximo parágrafo insinuando até que a eleição da atual presidenta Dilma Rousseff colocaria em risco a manutenção do estado democrático de direito no país.

Até que vem o ápice da carta ao leitor. A defesa clara e explicativa da candidatura de José Serra. O jornal invoca seus 135 anos de história e enfatiza que é do alto deles que “o *Estado* apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República, e não apenas pelos méritos do candidato, por seu currículo exemplar de homem público e pelo que ele pode representar para a recondução do País ao desenvolvimento econômico e social pautado por valores éticos” (OESP, 26/09/2010).

O jornal ainda reitera que o apoio também se deve “à convicção de que o candidato Serra é o que tem melhor possibilidade de evitar um grande mal ao país”, mais uma vez fazendo referência a possíveis iniciativas com o intuito de dar limites à liberdade de imprensa no país.

A postura pouco usual na grande imprensa brasileira, já que os jornais e as revistas de grande circulação, assim como as redes de televisão de grande audiência, não costumam declarar-se abertamente signatárias de uma candidatura – por mais que deem indícios disso - não parou por aí.

Os três parágrafos finais atacavam o PT, Partido dos Trabalhadores, e o presidente Lula, chamando-o de chefe de facção.

Não bastasse o embuste do "nunca antes", agora o dono do PT passou a investir pesado na empulhação de que a Imprensa denuncia a corrupção que degrada seu governo por motivos partidários. O presidente Lula tem, como se vê, outro mau hábito: julgar os outros por si. Quem age em função de interesse partidário é quem se transformou de presidente de todos os brasileiros em chefe de uma facção que tanto mais sectária se torna quanto mais se apaixona pelo poder. (OESP, 26/09/2010)

O ex-presidente ainda é responsabilizado por ter “inventado” a candidatura de Dilma Rousseff que teria sido escolhida “para representá-lo no pleito presidencial e, se eleita, segurar o lugar do chefe e garantir o bem-estar da companheirada”.

O jornal deixa claro que essa perspectiva é “tão grave e ameaçadora que os eleitores precisam refletir”. O eleitor teria então de tomar uma decisão maior do que o voto para presidente da República. “O que o eleitor decidirá de mais importante é se deixará a máquina do Estado nas mãos de quem trata o governo e seu partido como se fossem uma coisa só, submetendo o interesse coletivo aos interesses de sua facção” (OESP, 26/09/2010).

No último parágrafo, o editorial destaca aquilo que, segundo o jornal, de pior o governo e o presidente estariam fazendo para perpetuar o PT no poder. “Para isso vale tudo: alianças espúrias, corrupção dos agentes políticos, tráfico de influência, mistificação e, inclusive, o solapamento das instituições sobre as quais repousa a democracia - a começar pelo Congresso” (OESP, 26/09/2010).

O texto termina com mais uma crítica ao presidente Lula e diz qual seria “o mal a evitar”, justificando o título da carta aos leitores daquele dia. “Este é o grande mau exemplo que permite a qualquer um se perguntar: ‘Se ele pode ignorar as instituições e atropelar as leis, por que não eu? Este é o mal a evitar” (OESP, 26/09/2010).

O Diretor de Redação do jornal *O Estado de São Paulo* no período eleitoral, Marcelo Beraba, foi procurado para falar sobre a decisão do jornal de declarar apoio ao candidato José Serra e sobre as possíveis consequências dessa decisão na cobertura feita pelo periódico das eleições, mas não respondeu aos e-mails.

Em conversas informais com profissionais do jornal, que pediram para não terem seus nomes citados, o que se ouviu foi que a decisão de declarar apoio ao candidato tucano teria vindo dos acionistas do jornal, que comandariam o editorial, mas não a Redação. Assim sendo, Marcelo Beraba não teria tido participação direta no processo.

4.2 O Caso Maria Rita Kehl

Exatamente uma semana depois, no dia 2 de outubro, véspera das eleições presidenciais, a psicanalista Maria Rita Kehl, colunista de *O Estado de São Paulo* desde fevereiro de 2010, publicou neste jornal aquela que seria sua última coluna.

Direta e objetiva, Rita Kehl tocou na ferida logo na primeira linha de sua coluna intitulada *Dois pesos...*. “Este jornal teve uma atitude que considero digna: explicitou aos leitores que apoia o candidato Serra na presente eleição. Fica assim mais honesta a discussão que se faz em suas páginas” (OESP, 02/10/2010). Em seguida, disse que os brasileiros se declaravam cansados e desiludidos com o “vale-tudo” da campanha eleitoral daquele ano, mas que uma coisa mais importante estava em jogo naquele pleito eleitoral. “Parece até que temos uma luta de classes no Brasil: esta que muitos acreditam ter sido soterrada pelos últimos tijolos do muro de Berlim. Na TV a briga é maquiada, mas na internet o jogo é duro” (OESP, 02/10/2010).

Kehl falava da suposta desqualificação que a mídia e a classe média estariam fazendo dos votos das classes D e E. “O argumento já é familiar ao leitor: os votos dos pobres a favor da continuidade das políticas sociais implantadas durante oito anos de governo Lula não valem tanto quanto os nossos. Não são expressão consciente de vontade política. Teriam sido comprados ao preço do que parte da oposição chama de bolsa-esmola” (OESP, 02/10/2010). A partir daí, a renomada psicanalista, ganhadora do Prêmio Jabuti em 2010, na categoria Educação, Psicologia e Psicanálise, com *O Tempo e o Cão*, e ex-freelancer de Veja, Isto É e Folha de São Paulo não pararia mais de bater de frente com o editorial “O mal a evitar”.

Ela passou a citar casos que chegaram a sua caixa de e-mail, através de correntes pela internet, de eleitores de classe média, ou alta, indignados com os auxílios sociais pagos aos mais humildes. Um desses casos seria de Fortaleza. “A denunciante, indignada com a indolência dos trabalhadores não qualificados de sua cidade, queixava-se de que ninguém mais queria ocupar a vaga de porteiro do prédio onde mora. Os candidatos naturais ao emprego preferiam viver na moleza, com o dinheiro da Bolsa-Família.” (OESP, 02/10/2010).

Visivelmente revoltada, Rita Kehl ironiza:

Ora, essa. A que ponto chegamos. Não se fazem mais pés de chinelo como antigamente. Onde foram parar os verdadeiros humildes de quem o patronato cordial tanto gostava, capazes de trabalhar bem mais que as oito horas regulamentares por uma miséria? Sim, porque é curioso que ninguém tenha questionado o valor do salário oferecido pelo condomínio da capital cearense. A troca do emprego pela Bolsa-Família só seria vantajosa para os supostos espertalhões, preguiçosos e aproveitadores se o salário oferecido fosse inconstitucional: mais baixo do que metade do mínimo. R\$ 200 é o valor máximo a que chega a soma de todos os benefícios do governo para quem tem mais de três filhos, com a condição de mantê-los na escola. (OESP, 02/10/2010)

Ela continua sua clara defesa dos programas sociais intensificados no Governo Lula. “Outra denúncia indignada que corre pela internet é a de que na cidade do interior do Piauí onde vivem os parentes da empregada de algum paulistano, todos os moradores vivem do dinheiro dos programas do governo. Se for verdade, é estarrecedor imaginar do que viviam antes disso” (OESP, 02/10/2010). Cita o economista Paul Singer para mostrar o quanto a entrada desse tipo de dinheiro é importante para a movimentação econômica de cidades pequenas. “A Bolsa-Família, acreditem se quiserem, proporciona as condições de consumo capazes de gerar empregos. O voto da turma da ‘esmolinha’ é político e revela consciência de classe recém-adquirida” (OESP, 02/10/2010).

Ela frisa que a melhoria do Brasil, em termo de distribuição de renda, é claramente visível e incontestável. “O Brasil mudou nesse ponto. Mas ao contrário do que pensam os indignados da internet, mudou para melhor. Se até pouco tempo alguns empregadores costumavam contratar, por menos de um salário mínimo, pessoas sem alternativa de trabalho e sem consciência de seus direitos, hoje não é tão fácil encontrar quem aceite trabalhar nessas condições” (OESP, 02/10/2010). Logo em seguida ratifica que a parcela da população nacional vivendo em condições de extrema pobreza caiu de 12% para 4,8%.

Em seguida, ela faz uma pergunta ao eleitor paulistano e diz que pela primeira vez os mais pobres tem mínimas condições de politizar-se. “Será que o leitor paulistano tem ideia de quanto é preciso ser pobre, para sair dessa faixa por uma diferença de R\$ 200? Quando o Estado começa a garantir alguns direitos mínimos à população, esta se politiza e passa a exigir que eles sejam cumpridos. Um amigo chamou esse efeito de ‘acumulação primitiva de democracia’” (OESP, 02/10/2010).

Maria Rita Kehl ainda ironizou uma avaliação do sociólogo Hélio Jaguaribe que apontava que, em 2006, 60% dos eleitores de Lula teria levado em conta apenas seus

próprios interesses. “Jaguaribe só não explicou como foi possível que o Brasil, dirigido pela elite instruída que se preocupava com os interesses de todos, tenha chegado ao terceiro milênio contando com 60% de sua população tão inculta a ponto de seu voto ser desqualificado como pouco republicano” (OESP, 02/10/2010).

Ela finaliza dizendo que agora que os pobres conseguiram levantar seus olhos acima da linha da mendicância, dizem que votar em causa própria não vale. “Quando, pela primeira vez, os sem-cidadania conquistaram direitos mínimos que desejam preservar pela via democrática, parte dos cidadãos que se consideram classe A vem a público desqualificar a seriedade de seus votos” (OESP, 02/10/2010).

Três dias depois de escrever tal coluna, evidentemente conflitante com a posição editorial do jornal, a colunista recebeu um telefonema da editora de Cultura de O Estado de São Paulo, já que Rita Kehl escrevia no Caderno C2+Música, aos sábados. “Recebi um telefonema muito constrangido de que a coisa tinha ficado muito feia... cartas de leitores estavam reclamando muito da minha presença no jornal... tinha gente do Conselho Editorial muito enfurecida... a situação estava muito difícil. Ela lembrou de que a ideia inicial era que eu escrevesse sobre psicanálise”, segundo entrevista dada a Conceição Lemes, disponível na internet (LEMES, 2010)⁵.

De pronto, ela respondeu que poderia tentar escrever mais sobre psicanálise, mas que não abriria mão de escrever uma vez ou outro sobre política, principalmente no meio das eleições. A editora disse que conversaria novamente com Ricardo Gandour, diretor de conteúdo do Grupo Estado, e que retornaria. No mesmo dia, vazou na internet que Kehl teria sido proibida de escrever sobre política. “Acho que partiu de dentro do jornal, de alguém que ouviu essa conversa. Saíram detalhes que, só alguém dentro do jornal, que tivesse ouvido a editora conversar comigo, saberia” (LEMES, 2010)⁶.

O assunto virou febre na internet e no outro dia, logo depois da reunião entre a editora e Gandour, saiu a decisão. Ricardo Gandour comunicou a Maria Rita Kehl que, por conta da repercussão a situação dela teria se tornada insustentável dentro do jornal.

⁵ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/maria-rita-kehl-os-bastidores-de-sua-demissao-pelo-estadoao.html>, acessado em 20 de outubro de 2011.

⁶ Idem

A demissão se tornou um dos dez assuntos mais comentados no *site* Twitter. Maria Rita Kehl garante que foi demitida por um “delito de opinião”. “Eu acho honesto que o jornal assuma uma posição. É pior dizer que é imparcial e dar a notícia só com um lado. Isso confunde muito mais o leitor” (LEMES, 2010)⁷. Ela atacou os grandes jornais brasileiros e perguntou por onde anda a liberdade de expressão. “Na verdade, todos os jornais estão apoiando o mesmo candidato. Infelizmente, o que os donos dos jornais revelam é que não cabe voz a outra posição, nem mesmo em artigos assinados. Que liberdade de expressão é esta?” (LEMES, 2010)⁸.

Em entrevista reativa a de Maria Rita Kehl, logo no dia seguinte, o diretor de conteúdo do Grupo Estado, negou qualquer relação entre a posição política a coluna de Rita Kehl e sua demissão. Ele afirmou que ela foi contratada para escrever sobre psicanálise e não sobre política. Disse que a coluna saiu na íntegra, sem mudar uma vírgula, e que a havia uma discussão, sim, sobre o foco daquele espaço ocupado por ela. Porém, ele disse com todas as letras que a coluna havia sido forte. Para ele o que houve foi uma simples troca de colunista, como aconteceram outras, e demonstrou seu constrangimento e chateação com o vazamento da conversa. “O momento é delicado, crítico, de eleições, mas abriu-se um diálogo que vazou e nós mantivemos a linha. O fenômeno da rede social é que uma conversa entre três pessoas passou a acontecer entre 3 mil pessoas, mas a verdade sobre esse fato é esta”, segundo entrevista dada a Conceição Lemes, disponível na internet (FERNANDES, 2010)⁹

Procurada para falar sobre o assunto novamente, Maria Rita Kehl concordou em conceder entrevista, mas voltou atrás em seguida. Disse que não queria explorar mais o assunto, que já teria se esgotado com as diversas entrevistas concedidas por ela na época, mas enviou a este autor a introdução do livro *Um Psicanalista na Imprensa*, que lançará no final do ano. Será uma coletânea de suas crônicas na imprensa brasileira.

Na introdução longa, sete páginas, ela aborda novamente o caso em O Estado de São Paulo. “O jornal não protege o free-lance das bobagens que ele escreve em nome próprio, embora – como fui perceber em 2010, com o episódio do cancelamento da

⁷ Idem

⁸ Idem

⁹ Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722596-EI6578,00-Diretor+do+Estado+Nao+houve+censura+a+Maria+Rita+Kehl.html>, acessado em 20 de outubro de 2011.

minha coluna no Estado de São Paulo – nem tudo o que se escreve com o nome embaixo seja aceito pela diretoria, ou pelo corpo de acionistas, ainda quando o tema seja atual e o texto encontre um bom número de leitores”.

Ela ainda deixa claro que não se arrependeu de ter escrito um texto tão conflitante com a posição editorial de seu antigo empregador. Disse que existem pautas que se fazem necessárias. “Os melhores textos, do ponto de vista do prazer da escrita, são estes que se impõem, que se escrevem no pensamento muito antes de se ter tempo de encarar o teclado”. A íntegra da Introdução do livro consta como apêndice deste trabalho.

5. O Estudo de Caso: A decisão editorial influenciou na cobertura noticiosa?

A análise do comportamento de *O Estado de São Paulo* nas eleições presidenciais de 2010 será realizada através da análise das edições impressas do jornal de 1º de agosto de 2010 até 31 de outubro de 2010.

A escolha das edições desses três meses, como explica a introdução, se dá baseada no período em que as eleições presidenciais passam a ser o principal tema do noticiário. Começa logo após a Copa do Mundo e termina no dia em que os eleitores vão às urnas para votar no Segundo Turno das eleições.

Dois setores específicos do jornal serão analisados: a capa e a quarta página, local destinado à principal matéria de política do dia. Será feito um levantamento qualitativo e quantitativo das matérias em que o tema foi a disputa eleitoral, ou o candidato José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva, direta, ou indiretamente. Este trabalho sempre destacará e analisará as manchetes, chamadas de capa e matérias principais da quarta página, que tratem do presidente Lula ou do Governo Lula. Partir-se-á da premissa que, estando ele ao lado de Dilma em toda a campanha e aparecendo com ela em todo o material eleitoral, matérias negativas ou positivas citando seu nome durante o período eleitoral, obviamente, tem relação com a disputa.

A capa e a quarta página foram escolhidas por três motivos básicos: destaque, tempo e espaço. Destaque, já que são nesses setores do jornal que *O Estado* coloca aquilo que quer dar relevância no noticiário político. Assim, é verificando o que ocupou essas seções durante esses três meses que se pode diagnosticar o que o jornal quis que fosse percebido com mais ênfase. Tempo, pois seria muito difícil analisar toda a seção de política, que nos meses eleitorais cresce substancialmente, com a riqueza de detalhes que se fará com a capa e a quarta página, neste trabalho, no tempo disponível para a execução. Espaço, já que para que se fizesse com todas as páginas de política o que se fará com a capa e a quarta página seriam necessárias mais de uma centena de laudas, como ficará claro.

Nas 92 edições serão analisadas as matérias de caráter político/eleitoral de três categorias: manchete de capa, chamada de capa, matéria principal da quarta página. A partir do levantamento do que foi publicado sobre política e eleições em cada um desses setores do jornal, a análise de quais foram os temas mais presentes em cada uma dessas

formas de notícia será realizada. Estatísticas serão produzidas para tornar a análise mais lógica e clara.

5.1 Manchetes de Capa

Nos primeiros dias de agosto, quando a disputa eleitoral começava a ganhar mais espaço na mídia, o embate ainda não era sistematicamente a principal manchete do “Estadão”.

A primeira manchete de capa sobre política, em agosto, foi no dia 3. “Apelo de Lula é visto como interferência por iranianos”. O tema destacado era, obviamente, de política internacional, mas estava ligado indiretamente à campanha de Dilma Rousseff (PT). Não só porque o presidente do Lula, mais que um avalizador, era o padrinho político dessa candidata, mas porque o asilo político oferecido por Lula à Sakineh Ashitiani, condenada à morte por apedrejamento devido a suposto adultério, havia sido feito em comício de Dilma Rousseff, e este fato havia sido destacado por *O Estado de São Paulo*, com a seguinte chamada de capa, no dia 1º de agosto. “No palanque, Lula oferece asilo à iraniana”. A primeira frase da chamada já destacava a candidata Dilma Rousseff, claramente: “O presidente Lula disse, em comício com Dilma Rousseff em Curitiba...”. No dia 4, a principal manchete volta a ser o imbróglio internacional criado entre Brasil e Iran. “Brasil que diálogo na ONU com violadores de direitos”.

A disputa em si, entre Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva, torna-se a notícia carro-chefe de *O Estado* pela primeira vez, em agosto, no dia 7. “Ibope mantém diferença de 5 pontos a favor de Dilma” A matéria destaca que o resultado é o mesmo da pesquisa Ibope realizada uma semana antes e já na linha fina que, apesar de Dilma seguir na frente, o candidato José Serra lidera no Sul.

No dia 8 de agosto, o tema central também é política. “Lula deixará para sucessor conta de até R\$ 90 bilhões”. No resumo, embaixo desta manchete, por exemplo, *O Estado* destaca que os tais “restos a pagar”, que justificam esse número - e representam os gastos feitos pelos Ministérios que não são incluídos na folha até dezembro - viraram uma “bola de neve” por causa do PAC. Como o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, era comandado pela então ministra Dilma, o jornal divide, logo na capa, a conta que será deixada com a candidata do PT.

Depois de dois dias sem manchetes de capa relacionadas ao pleito, o Governo Federal é o destaque da edição do dia 11. “Lula sanciona lei que permite agir sem

fiscalização do TCU”. A manchete queria deixar bem claro que, em ano eleitoral e com a disputa em pleno vapor, o Governo criava brechas para poder gastar com mais facilidade. Logo encaixado no resumo da manchete, como um adendo, a chamada: “Dilma exagera valor de projeto de saneamento”. O resuminho explicava um equívoco de Dilma, em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo. Ela teria dito que os gastos com saneamento na favela carioca Rocinha atingiriam R\$ 270 milhões, mas o jornal pondera que esse seria o valor do total de investimentos do PAC na favela. Em saneamento, eles não passariam de R\$ 80 milhões.

Nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 a matéria de capa principal não teve relação com a disputa eleitoral. No dia 17, uma manchete sobre a ampliação das chances de vitória da candidata Dilma ainda no Primeiro Turno. “Aumenta chance de Dilma vencer no primeiro turno, diz Ibope”. A matéria trataria do fato de Rousseff ter alcançado 43% das intenções de voto, contra 41% da soma dos adversários.

No dia 18 de agosto, a manchete destaca o início da propaganda eleitoral na TV. Ao analisar as primeiras peças, exibidas no dia anterior, *O Estado* aponta: “Na TV, Dilma vira herdeira de Lula; Serra destaca saúde”. Logo na linha fina, o jornal destaca que a petista faz “jogral” com o presidente, tão criticado pelo *Estado*, e que Serra explorava sua “experiência administrativa”.

Dois dias depois, após um dia 19 sem manchetes com viés eleitoral, o destaque é todo para uma acusação de Serra contra Lula, na edição do dia 20. “Serra acusa governo de tentar intimidar a manipular a imprensa”. No resumo, *O Estado* dá todo o destaque para a acusação de Serra, feita em congresso na ANJ, Associação Nacional dos Jornais, de que Lula e o PT tomavam iniciativas para cercear a liberdade de imprensa, uma acusação freqüente feita pelo *Estado*, em seus editoriais, inclusive naquele que estimulou esse estudo de caso.

Sem manchetes sobre eleição no dia 21, o tema volta à manchete de capa no dia 22 e passa a ser bem mais constante como principal matéria das edições do jornal, com a aproximação do dia 3 de outubro. “PMDB quer o poder dividido “meio a meio”, se Dilma vencer”. O resumo abaixo da manchete enfatiza que há 42 dias das eleições, o partido tão criticado por seu fisiologismo e quadros envolvidos em escândalos de corrupção, já quer fatiar o governo. Enquanto a manchete principal é negativa, uma notícia que poderia receber o mesmo destaque é apenas uma chamadinha acoplada ao resumo desta manchete. O fato de Dilma ter alcançado 47% das intenções de nas pesquisas e ter aberto 17% de vantagem sobre o candidato José Serra.

Sem destaques principais nos dias 23 e 24, o dia 25 tem como manchete principal uma estratégia de José Serra para se recuperar nas pesquisas. “Serra quer mostrar força em SP para conter avanço de Dilma”. A estratégia seria levar prefeitos paulistas, grandes estrelas tucanas e fazer um programa mais agressivo para avançar nas intenções de voto. Ao lado, como chamada de capa acoplada ao resumo, uma movimentação de Dilma, que mostrava uma possível insegurança da candidata. A ideia seria montar um time de conselheiros no Planalto para ajudá-la governar, o que, depois de sua vitória, não aconteceu.

A partir do dia 26 de agosto as manchetes de capa do jornal passam a se tornar praticamente monotemáticas. O escândalo da quebra de sigilos fiscais de tucanos é o tema dia após dia. No dia 26: “Violação de IR atingiu mais 3 tucanos”, além do de Eduardo Jorge, ex-secretário nacional do PSDB. A ênfase dada, logo na linha fina, de que a culpa seria de petistas. “José Serra acusa Dilma Rousseff (PT) de fazer ‘jogo sujo’”. No dia 27: “Suspeitos de violar sigilo de tucanos são blindados pela Receita”. O resumo destaca apenas que a Receita estaria tentando tirar os holofotes de cima dos acusados de violar o sistema da Receita, mas, mesmo assim, *O Estadão* entendeu que o tema merecia novamente ser a manchete principal.

No dia 28, nova manchete para o mesmo tema, mas com a Receita Federal explicando que não vê o crime como político, como a Polícia Federal, mas como comum. “Receita apresenta versão que contraria PF em quebra de sigilo” A linha fina frisa, mesmo assim, com os depoimentos apontam “ação contra tucanos”.

No dia 29, uma pausa nos sigilos, que retornariam às manchetes principais logo na sequência, para dar todo o destaque à movimentação de José Dirceu, que ficou em situação complicada com a opinião pública após o caso do “Mensalão”, para que o Antônio Palocci, seu adversário interno no partido, não assumisse a Casa Civil ou o Ministério da Fazenda em um futuro Governo Dilma. A manchete mostra o suposto comando direto de dois ex-ministros do Governo Lula, que saíram por escândalos, sobre a campanha de Dilma.

No dia 30, mais uma manchete principal com uma crítica do candidato tucano à Dilma Rousseff. “Dilma ‘senta na cadeira de presidente’ antes da hora, acusa Serra”. Para o jornal, essa simples e corriqueira acusação, quase retórica, em um debate eleitoral, quando um dos adversários se encontra muito à frente nas pesquisas, mereceu ser o principal destaque do jornal no dia.

Como se percebe, nesse ponto, as principais manchetes do jornal já são quase que invariavelmente as eleições. No último dia de agosto, recomeça uma série de dias com a manchete principal sendo a suposta quebra de sigilos de tucanos na Receita Federal por parte de militantes do PT. “Receita indicia funcionária, mas não menciona propina”. Setembro também se abre com o mesmo tema de carro-chefe. “Dados fiscais de filha de Serra também foram violados na Receita”. Essa enorme manchete do dia 1º conflita até mesmo com a linha fina que a segue. “IR de Verônica foi acessado; fisco diz que foi a pedido dela, mas tucano nega”. Levado pela onda de denunciismo que imperava contra a candidata Dilma Rousseff naquele momento da campanha, ou apenas por descuido, o jornal já faz na manchete o juízo de valor de que o sigilo de Verônica havia sido “quebrado”, mesmo com o “Fisco” alegando que ele havia sido movimentado a pedido dela, como é explicado na própria linha fina e sem nenhuma confirmação de “violação”, até então.

No dia seguinte, 2 de setembro, mais uma vez o mesmo tema. “Receita tentou abafar violação do sigilo fiscal da filha de Serra”. No dia 3: “Receita omitiu fim eleitoral da violação”. A reportagem mostra um documento que comprovava que, desde o dia 20, a linha da Receita era de investigação por crime político eleitoral. No dia 4: “Pivô do escândalo da Receita era do PT”. A reportagem mostrava que o contador que teria violado o sigilo era filiado ao partido em Mauá. No dia 5, uma nova denúncia de violação de sigilo: “IR de Tucano também foi violado em Minas”. Os dados do tucano Eduardo Jorge também teriam sido acessados dez vezes, em um minuto, por um funcionário da Receita na cidade Formiga. No dia 6, a comprovação da filiação deste novo “violador” também ao PT. “Violador de IR de tucano em Minas também é filiado ao PT”.

No dia da Independência do Brasil, o destaque é para uma crítica de Serra a Lula, relacionada aos sigilos. “Serra diz que Lula fez deboche com quebra de sigilos na Receita”. Não é a primeira vez que o jornal abre sua principal manchete para que o candidato tucano faça críticas a Lula, PT, ou Dilma.

No dia 8, a manchete dá destaque ao fato de que Lula iria ao programa de TV da campanha de Dilma falar sobre o assunto da quebra de sigilo. “Lula vai à TV defender Dilma após escândalo”. No dia 9, mais uma denúncia. “Genro de Serra teve sigilo fiscal violado”.

No dia 10, a manchete é sobre tema não político, mas no dia 11, novamente, um ataque contra a candidata Dilma, logo na manchete de capa. “PF prende políticos

aliados de Lula e Sarney no Amapá”. Os presos eram do PDT e o PP, mas como eram aliados do PT na campanha eleitoral, o jornal não pestanejou em colocar na capa foto do material eleitoral com Dilma, Lula e os dois presos pela polícia.

No dia 12, novo destaque a denúncia contra o governo. “Denúncia de lobby faz oposição pedir saída da ministra da Casa Civil”. O jornal repercutia denuncia da Revista *Veja* de que Erenice Guerra, braço direito de Dilma na Casa Civil e ministra naquele momento, era acusada de tráfico de influência. No dia seguinte, 13, mais uma manchete contra Erenice. “Irmã de Ministra deu aval a contrato sem licitação com Governo”, apontando novo tráfico de influência. No dia 14: “Governo demite assessor de Erenice para conter escândalo”. No dia 15, novamente o jornal abre espaço na chamada de capa para uma acusação de um tucano contra Lula: “FHC acusa Lula de agir como “chefe de facção”, expressão que seria, inclusive, adotada e usada pelo jornal ao referir-se ao presidente Lula em seu editorial de anuncio a de apoio a José Serra, em 26 de setembro.

Em 16 de setembro, o destaque volta a ser para a quebra de sigilo, mas com uma constatação que conflitava com a linha de manchetes que apontavam claramente para crime político: “Inquérito da PF esvazia tese de crime político na Receita”. A matéria explica que as investigações da Polícia Federal levavam a crer que o crime fora comum e não com interesses eleitorais.

Em 17 de setembro, total destaque para a queda de Erenice Guerra. “Escândalo na Casa Civil cresce e derruba Erenice Guerra”. Logo na linha fina a ligação com Dilma: “Nova denúncia de tráfico de influência envolve filho de sucessora de Dilma”. No dia 18: “Comissão de Ética só agora pune Erenice por esconder parentes”.

Nos dias 19 e 20, pausa no debate eleitoral como principal destaque da capa. Mas no dia 21, novo destaque para movimentações no Governo Lula para conter crise. “Lula chama Paulo Bernardo para conter crise no Correios”. O título se referia às denúncias corrupção envolvendo a estatal submetida ao Ministério das Comunicações.

Novo destaque à denúncia contra o Governo Lula no dia 22: “TV de Lula contrata empresa que emprega filho de Franklin”. A tal TV de Lula, é a TV Brasil, chamada assim pelo jornal por ter sido criada em seu governo e a denúncia é de que ela teria contratado uma empresa na qual trabalhava o filho do Ministro da Comunicação Social, para um serviço de R\$ 6,2 milhões.

No dia 23, novo destaque negativo para Lula. “Manifesto contra ‘autoritarismo’ de Lula”. O destaque era para um texto divulgado por juristas, artistas e acadêmicos que acusavam o presidente de atacar a imprensa e agir como líder partidário. No dia 24, a

manchete não foi política e, no dia 25 o destaque para a pesquisa em Serra e Marina subiam nas pesquisas. “Serra e Marina sobem, mas Dilma ainda vence no 1º turno”.

No dia 26, data em que foi publicado o editorial de apoio a Serra, a manchete era sobre as cartadas finais do 1º turno: “Na reta final, Serra mira SP, MG e RJ; Dilma aposta na TV”.

Nada de manchete principal de política nos dias 27 e 28, mas no dia 29 novo destaque a movimentação do PT para evitar problemas: “PT mobiliza militância contra queda de Dilma”. No dia seguinte, destaque para a discussão em torno de uma entrevista antiga de Dilma, em que ela teria dito ser a favor do aborto. “Polêmica do aborto faz Dilma se explicar aos líderes cristãos”. E no dia 1º de outubro, destaque ao último debate antes do primeiro turno. “No último debate, Dilma e Serra evitam confronto direto”.

No dia 2 a manchete principal não foi sobre as eleições, que voltou a ser destaque no dia do pleito, 3. “Ibope indica que eleição para presidente pode ir para o segundo turno”. Nessa manchete, um fato curioso. A pesquisa que aparecia logo abaixo, mostrava Dilma com 51% e Serra com 31%. Com a margem de erro, realmente, a eleição poderia, como foi, ir para o segundo turno. Mas o jornal, ao invés de escolher escrever na manchete que o Brasil já poderia ter uma presidente naquele dia, já que era esse o principal fator apontado pela pesquisa, optou por destacar o fato de Serra ainda ter chance.

No dia 4, o destaque para ida ao segundo turno e para os votos de Marina Silva: “Dilma e Serra vão ao 2º turno e já disputam os votos de Marina”. No dia seguinte, novo destaque ao tema: “Marina vai definir apoio no 2º turno em até 15 dias”.

No dia 6 de outubro, nova ênfase a críticas ao presidente Lula: “Aliados criticam agressividade de Lula”, como referência a um suposto pedido feito a ele por governadores e parlamentares eleitos, para que diminuísse o tom e os ataques à imprensa.

No dia 7, destaque para Serra defendendo as privatizações: “Serra enfrenta PT e defende privatizações de era FHC”. No dia 8 o tema não foi política, e no dia 9 volta à tona na manchete o assunto mais polêmico para Dilma na campanha: “Na TV, Dilma e Serra falam de aborto e se dizem ‘a favor da vida’”. No dia 10, novo destaque ao “Caso Erenice”. “Nomeado de Erenice aprovou superfaturamento nos Correios”.

No dia 11, destaque para o debate do dia anterior: “No primeiro debate, Dilma parte para o ataque contra Serra”. Nos dias 12 e 13 sem as manchetes principais e no dia

14: “Dilma tem 6 pontos à frente de Serra”. No dia 15: “PT vê disputa ‘problemática’ e busca votos no Sudeste.”

No dia 16, novo ênfase total para o mais embaraçoso tema discutido entre os candidatos na campanha, para Dilma Rousseff: “Em carta a religiosos, Dilma promete manter lei do aborto”. Mais uma vez o jornal dava muito destaque a um tema que poderia, pode realmente ter feito, Dilma perder votos do eleitorado mais conservador: a legalização do aborto.

No dia 17, destaque para o possível apoio de Marina a algum dos dois: “Pressão dos verdes faz candidatos assumirem compromisso ambiental”. No dia 18: “Questões de SP dominam debate entre Dilma e Serra”. Aqui é importante destacar que nesse debate, Dilma fez insistentes denúncias contra o envolvimento um assessor direto de Serra, Paulo Viera de Souza, em um caso de corrupção em São Paulo, mas o jornal só citou isso por alto, no resumo abaixo da manchete. Nenhum destaque foi dado ao escândalo envolvendo a “Erenice de Serra”.

Após os dias 19 e 20 de outubro sem manchetes de capa sobre as eleições ou temas relacionados, no dia 21 uma pesquisa: “Ibope aponta 11 pontos de vantagem para Dilma”. Mas logo acima, em uma imensa chamada de capa, bem maior que as normais e no ponto mais alto da página: “Jornalista ligado ao PT pagou por dados de tucanos”. A matéria falaria sobre Amauri Ribeiro Jr., repórter investigativo, que teria sido contratado pela equipe de Dilma para levantar denúncias contra os outros candidatos.

No dia 22, Amauri ganha manchete: “Petista ligado a Dilma furtou dados de tucanos, diz jornalista”. No dia 23, novo destaque a suposta corrupção no governo Lula. “Chefe de gabinete de Lula vira réu em caso de corrupção”.

Após um dia 24 sem manchete política, a do dia 25 foi novamente Erenice: “Na reta final da eleição, PF ouve Erenice e jornalista”. No dia 26, novamente Erenice: “Erenice muda versão e diz à PF que encontrou consultor”.

No dia 27, um fato diferente. Pela primeira vez, desde o início do processo eleitoral, uma denúncia que poderia atingir José Serra ganha as páginas do jornal: “Governo de SP susta obras do metrô por suspeita de fraude”. Mas aqui, ao contrário do que acontecia em denúncias que poderiam respingar em Dilma, o destaque é dado do governador Alberto Goldman e não a Serra. Tanto na linha fina, quando no resumo, apenas o nome dele é citado. O de Serra, governador eleito, só aparece bem pequeno, com chamada acoplada ao resumo da manchete, negando qualquer irregularidade.

No dia 28 sem manchete política e, no 29: “Ibope mostra Dilma com 13 pontos de vantagem”. No dia 30, o resumo do último debate: “Debate frio encerra campanha tensa”. Finalmente, no dia das eleições: “Ibope aponta vitória de Dilma por 12 pontos”.

Esse resumo diário foi feito, e se faz extremamente relevante, pois esse trabalho pretende calcar sua análise em métodos claros e serenos, distantes de quaisquer tendências políticas, ou teorias conspiratórias. Analisando todas essas manchetes, percebe-se que 9 temas mereceram destaque permanentes de *O Estado de São Paulo* durante o período eleitoral. Nos 92 dias analisados, as eleições ou temas diretamente relacionados, foram as manchetes principais em 61 dias.

Nestas 61 edições, 9 tipos de tema, ou temas, apareceram mais de 3 vezes:

- Quebra de sigilo de tucanos: 15 (25%)
- Caso Erenice: 8 (13%)
- Aborto: 3 (5%)
- Pesquisas eleitorais: 9 (15%)
- Debates: 3 (5%)
- Ataques de Serra ou tucanos contra Lula, PT ou Dilma: 5 (8%)
- Apoio a Marina no Segundo Turno: 3 (5%)
- Críticas de alguém, algum movimento ou país ao governo Lula: 3 (5%)
- Destaques negativos ou denúncias contra o Governo Lula: 5 (8%)
- Outros temas: 7 (12%)

A soma, dos percentuais, como se percebe, dá 101% devido às regras de aproximação de casas decimais. No que se refere à análise, algumas constatações podem ser feitas com naturalidade.

Em 38% das manchetes de capa em que se falou sobre política/eleições, o tema foi uma das duas denúncias que mais impactaram em perda de intenções de voto na campanha de Dilma: Caso Erenice e Quebra de Sigilo dos Tucanos. Enquanto isso, denúncias que poderiam afetar o candidato José Serra, como o caso envolvendo o metrô de São Paulo, ou caso de suposta corrupção do assessor do governo de São Paulo, Paulo Viera de Souza, não tiveram mais que uma manchete no jornal durante todo o período. Abriu-se mais espaço de destaque para denúncias que afetaram a campanha de Dilma do que a de Serra. O jornal pode ter, logicamente, considerado que as denúncias contra aliados de Dilma eram mais contundentes, ou apareciam em maior quantidade, e por isso ter dado um espaço tão maior, mas pode também ter feito isso por considerar que a vitória de Serra fosse “o melhor para o país”.

Outro dado interessante que se pode extrair dessas estatísticas é que a soma dos quesitos “Destaques negativos ou denúncias contra o Governo Lula”, “Críticas de algum movimento, alguém ou país ao Governo Lula”, “Aborto” e “Ataques de Serra, ou tucanos, conta Lula, PT ou Dilma” ocuparam 26% das manchetes de capa, com conteúdo político, do jornal nesse período. A abordagem de todos esses quatro temas pode ser considerada prejudicial à campanha de Dilma. Críticas e denúncias contra o Lula ou o Governo, obviamente, tinham reflexo em sua popularidade, já que ela era mola mestre do Governo Lula e apadrinhada política do presidente. O tema aborto foi o que mais a complicou para se explicar, depois de uma aparente mudança de opinião, pelo menos publicamente, e ataques de tucanos a petistas também receberam, do jornal, muito espaço nesse período. Vale lembrar que, enquanto 8% das manchetes davam espaço para tucanos criticarem petistas, nenhuma delas apresentava uma crítica de petista a tucano.

5.2 Chamadas de Capa

Logo no primeiro dia de agosto, duas chamadas de capa sobre eleições: “Dilma diz que é preciso ‘racionalizar o Estado’” e “No palanque, Lula oferece asilo à iraniana condenada”. Uma do lado da outra, mostrando o que pensa Dilma e, ao lado, o problema diplomático que Lula criava com o Iran. No dia 2 de agosto, nenhuma chamada de capa.

No dia 3: “Candidatos Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) criticam governo de São Paulo. José Serra evitou comentar os ataques”. A mini chamada não tinha resumo acompanhando. Em 4 de agosto, sem chamadas de capa sobre o tema. Em 5 de agosto: “Presidenciáveis fazem primeiro debate na TV” e em 6 de agosto, a repercussão: “Serra e Dilma polarizam o debate na TV”. Nos dias 7, 8 e 9 não houve chamadas de capa para o tema.

No dia 10, destaque para a tão discutida e atacada pelos adversários, inexperiência política de Dilma: “No JN, Dilma nega ser inexperiente” e no dia seguinte, 11 de agosto, outra chamada repercutindo uma gafe da candidata no mesmo Jornal Nacional, da TV Globo: “Dilma exagera valor de projeto de saneamento”, em referência ao fato de ela ter dito que só em saneamento básico o PAC gastaria R\$ 270 milhões na Rocinha, o que, na verdade, era o valor total do investimento as obras da comunidade. A outra chamada do dia foi: “Governarei com PT e PSDB, diz Marina”.

No dia 12, destaque para uma crítica de Serra, de que uma vitória de Dilma seria uma extensão do mandato de Lula. “Serra: ‘Não se pode governar na garupa’”. E no dia 13: “Governo se mobiliza para rebater Serra”. No dia 14, apenas chamada de capa para aumento da vantagem de Dilma em pesquisa: “Dilma abre 8 pontos de vantagem sobre Serra”. No dia 15: “TV terá Dilma ‘guerreira’ e Serra ‘popular’”. No dia 16: “Lula pede que militantes usem mais internet”.

No dia 17 uma chamada para um debate entre os candidatos a vice-presidente, organizado pelo jornal: “Debate dos vices” e no dia seguinte, 18, a repercussão do encontro: “No ‘Estado’ vices abrem polêmicas de MST e Farc”. No dia 19, duas chamadas: “Campanhas estaduais na TV ignoram Serra” e “Tucano eleva o tom contra Dilma”. Mais uma vez, o jornal dá espaço para Serra criticar Dilma, logo na capa.

Após um dia 20 sem chamadas, no dia 21 destaque para Serra defendendo a exibição de imagens suas junto do presidente Lula: “Serra defende uso da imagem de Lula”. No dia 22, em uma daquelas chamadas acopladas ao resumo da manchete: “TV impulsiona Dilma”, fala de mais um grande crescimento dela em pesquisas de intenção de votos, em uma mini chamada. No dia 23, no mesmo estilo de chamada acoplada a resumo de manchete: “Alerta vermelho”, chamada sobre as reuniões de cúpula do PSDB para discutir como conter a subida de Rousseff nas pesquisas.

No dia 24, uma chamada deixando claro que seria difícil conter o “apetite” dos apoiadores de Dilma, se ela vencesse: “PT tenta conter apetite dos aliados de Dilma”. No dia 25, uma chamada referente a um suposto time de conselheiros que Dilma formaria para administrar, que não chegou a se confirmar: “Petista planeja montar time de conselheiros”.

Não houve chamadas no dia 26, mas, no dia 27, chamadas para a piora das contas do Governo e para os problemas para o reajuste do mínimo: “Contas públicas têm pior julho desde 2002” e “Mínimo só terá garantia de correção pela inflação”. No dia 28, destaque apenas de chamada para um contundente disparada de Dilma nas pesquisas: “Com horário eleitoral, Dilma abre 24 pontos sobre Serra”.

Após um dia 29 sem chamadas políticas, no dia 30, a resposta de Dilma à manchete, que trazia Serra acusando Dilma ‘de sentar na cadeira antes da hora’. A chamada chamava-se “Reação” e mostrava a discordância da acusação. No dia 31, três chamadas. Na primeira: “Defesa vê ‘incoerências’ nas informações”, o jornal falava a funcionária da defesa acusada na manchete de violar os sigilos de tucanos. Na segunda: “Serra muda slogan e fala em ‘hora da virada’”. Na terceira: “Dilma descarta Dirceu”,

fazia referência à declaração da candidata de que o ex-ministro não faria parte de um futuro governo.

Setembro começa com mais uma chamada sobre o escândalo dos sigilos: “Operação Sigilo”, em referência ao possível pedido do Governo, através da Advocacia Geral da União, para manter a investigação sob sigilo. No dia 2 de setembro: “Marina quer controle do gasto para derrubar juro”. No dia 3, volta o tema Receita: “Foi pedido de Minas e Brasília”, fazendo referência à frase de um envolvido que depôs para a PF. A outra chamada do dia: “Serra: ‘Seremos todos Francenildos’”, dando a espaço ao tucano para atacar o governo, referindo-se à quebra de sigilo de um caseiro do ex-ministro Antônio Palocci, cinco anos, antes no primeiro governo Lula.

No dia 4, duas chamadas: “O vazamento é maior”, com Guido Mantega afirmando que não apenas pessoas ligadas ao PSDB tiveram seus sigilos fiscais quebrados, e “Ibope mostra que Dilma para de subir e, Serra, de cair”. No dia 5, nova repercussão de caso complicado para Dilma: “Assalto foi ‘queima de arquivo’, diz PSDB”, fazendo referência a situação envolvendo os supostos violadores de Mauá.

No dia 6: “Computador ligava sozinho”, mais uma vez remetendo-se ao escândalo dos sigilos. No dia 7: “Desindustrialização”, dava espaço para Serra criticar a política de desenvolvimento do país. No mesmo dia, mais uma repercussão dos sigilos: “IR de filha de tucano também foi acessado em Mauá”, em referência a Verônica Serra e “Analisa diz que buscava outro Eduardo Jorge”. No dia 8, o tema é um debate: “Dia de confronto entre Serra, Marina e Plínio” e no dia 9 o destaque para ausência de Dilma: “Ausente, Dilma é alvo principal em debate”.

Em 10 de setembro, mais espaço para ataques de Serra à Dilma: “Na TV, Serra diz que Dilma ‘se esconde atrás de Lula’” e novamente o escândalo dos sigilos: “Contador nega ter pedido IR de Verônica”.

No dia 11, apenas uma chamada para o fato de Dilma ter mantido vantagem de mais de 20 pontos em pesquisa: “Dilma mantém vantagem sobre Serra superior a 20 pontos”. Em 12 de setembro, chamada repercutindo frase de Dilma sobre a manchete, que deflagrava o Caso Erenice: “Se alguém errou, será punido”. No dia 13: “Denúncias monopolizam debate na TV”, sobre ao ataques dos adversários ao Caso Erenice e dos Sigilos.

Em 14 de setembro: “Lula cobra reação rápida da ministra”, referindo-se à Erenice. No dia 15: “Presidente manda blindar Erenice”, repetindo o tema do dia anterior. No dia 16, *O Estado* dá chamada de capa a um tema de cinco anos atrás:

“Justiça manda Caixa indenizar Francenildo”, por danos morais, por ter tido seu sigilo bancário quebrado, em caso que levou à saída do então ministro Palocci, no primeiro governo Lula.

No dia 17: “Pivô cita ‘Stevam’ como elo entre BNDES e Ministério”, em referência ao Caso Erenice. No dia 18, novamente, só chamada de capa para nova disparada de Dilma nas pesquisas: “Dilma resiste a escândalo e tem dianteira de 26 pontos” e “Mais um pede demissão”, mini chamada, repercutindo a matéria de capa, sobre Erenice.

No dia 19: “PT já faz divisão de cargos, em caso de vitória”, repercutindo um possível clima de já ganhou entre petistas. No dia 20, três chamadas repercutindo situações negativas para Dilma: “Dilma diz que não irá ao Congresso dar explicações”, sobre Erenice, “Ela é incapaz, ou cúmplice”, afirma Serra”, sobre Dilma, e “Ataques de Lula à imprensa provocam reação”, sobre carta de repúdio da OAB. Três chamadas de capa, uma ao lado da outra, repercutindo situações delicadas para a campanha de Dilma.

No dia 21: “Empresa vai manter contratos suspeitos”, em referência a um escândalo no Correios. No dia 22, mais duas chamadas repercutindo problemas do Governo Lula: “Ministro nega irregularidade”, sobre a manchete de capa, que falava de uma empresa do filho de Franklin Martins, ministro da Comunicação Social, que havia ganhado licitação para fornecer serviços para a TV Brasil, pública, e “Manifesto acusa Lula de minar democracia”, sobre carta de intelectuais e religiosos. No dia 23, o Governo Lula é novamente o alvo: “TCU investigará contrato com TV de Lula”. No dia 24: “Lula nega ser autoritário e volta a acusar imprensa”. No dia 25: “Comprovada propina paga a filho de Erenice”. Apenas esse parágrafo registra 5 dias consecutivos de chamadas embaraçosas para Dilma.

No dia 26, dia da publicação do Editorial “*O mal a evitar*”, com chamada de capa, não há chamadas de cunho eleitoral. No dia 27, Marina aparece: “Marina parte para o ataque aos favoritos”. No dia 28: “No último comício, Dilma pede serenidade”. No dia 29: “Ibope vê refluxo em várias áreas”, referindo-se à campanha de Dilma.

No dia 30, pequena chamada para possível vitória de Dilma no 1º turno: “Ibope dá petista no 1º turno” e com foto e bem maior: “Serra: otimismo sobre o 2º turno”.

Outubro começa com: “Petista interrompe queda”, como referência ao fim da tendência apresentada por Dilma nas últimas pesquisas e, no dia 2: “Dilma pede votos entre evangélicos” e “Próximo presidente terá um abacaxi fiscal”, dizem analistas.

No dia da eleição, 3 de outubro, entre várias chamadas para as eleições estaduais: “Lula encerra campanha com ataque á imprensa”, mais uma chamada insistindo em uma certa guerra com as posições de Lula sobre a imprensa na campanha eleitoral. No dia 4: “Cúpula admite erro de avaliação sobre Marina”, repercutindo a surpresa do PT com o desempenho de Marina no 1º turno.

Sem chamadas no dia 5, o dia 6 é marcado por: “Uso do Alvorada”, com relação a denúncia do PPS contra Lula na campanha, “Sob pressão, Dilma fala em ‘valorização da vida’”, sobre o aborto, “Servidor violou sigilo de tucano intencionalmente, diz Receita”, “Serra escala Aloysio e Bornhausen”, sobre a ampliação da coordenação política da campanha tucana e “PV dá mais apoio à campanha de tucano”, em referência às diversas parcerias entre PSDB e PV nos estados.

No dia 7 de outubro, destaque para a opinião de Ciro Gomes sobre a discussão em torno da legalização do aborto. “Polêmica sobre aborto é ‘calhordice’, diz Ciro”, em crítica ao fato de os tucanos estarem insistindo no tema. Na outra chamada do dia, *O Estado* volta a tocar no tema de um possível controle dos meios de comunicação por parte do Governo: “Franklin vai à Europa para ver como se regula a mídia”, em referência a uma viagem do Ministro da Comunicação Social à Inglaterra e Bélgica que, segundo o jornal, foi para analisar os modelos controle da mídia naqueles países.

No dia 8, o “Estadão” volta ao Caso Erenice: “PF quer ver computador de Erenice”. No dia 9, duas chamadas: “Marina apresenta propostas para dar apoio do 2º turno”, dissertando sobre as exigências dela para um possível apoio a Serra ou Dilma e “Presidente modifica agenda para priorizar campanha”, explicando que Lula abriu mão de várias viagens internacionais para se dedicar a eleição da candidata Dilma Rousseff.

No dia 10: “No Datafolha Dilma tem 48% e Serra, 41%. Indecisos são 7%” e “Candidatos terão linha paz e amor”. No dia 11, destaque para a crise dos Correios: “TCU apura contratos dos Correios com sobrepreço”. No dia 12, a agenda dos dois: “Dilma em Aparecida” e “Serra em Goiânia”.

No dia 13, ao invés de a manchete tratar diretamente de uma acusação de Dilma, dando voz a ela, como tantas vezes foi feito com Serra na capa do jornal, *O Estado*, já coloca o tucano respondendo: “Serra defende acusado por Dilma”, sobre a denúncia da petista de que o ex-diretor da Dersa, conhecido como Paulo Preto, teria arrecadado R\$ 4 milhões para a campanha do PSDB e desaparecido com o dinheiro.

No dia 14: “Petista atrai evangélicos”, sobre o acordo de Dilma com igrejas para vetar itens do Programa Nacional de Direitos Humanos. No dia 15: “FHC faz desafio a

Lula; Serra aposta em Minas”. No dia 16 não houve chamada e, no dia 17, foram duas: “Serra não vai governar sozinho, afirma Aécio”, sobre a fama de centralizador do tucano e “Dilma terá de fazer ajuste fiscal se vencer, afirma Bernardo”, sobre a declaração do então ministro das Comunicações. Uma das manchetes tranquiliza sobre Serra e a outra critica as contas do Governo.

No dia 18 só uma chamada para anunciar a tão esperada decisão sobre o apoio de Marina: “Marina e PV anunciam ‘independência’ do 2º turno”. No dia 19: “Panfletos viram motivos de guerra entre partidos”, sobre as denúncias que os militantes faziam mutuamente entre PSDB e PT. No dia 20: “Serra promete mudar política econômica”.

No dia 21: “Jornalista ligado ao PT pagou por dados tucanos”, em referência à quebra dos sigilos fiscais, que teria sido paga por um jornalista contratado pela campanha de Dilma e “PT atribui o caso a Aécio”, sobre o fato de o PT ter dito que as investigações foram feitas enquanto o tal jornalista trabalha para o jornal “Estado de Minas”, com um suposto interesse de montar um dossiê contra Serra, para a pré-candidatura. Outras duas chamadas: “Greenpeace cobra candidata”, sobre protestos da ONG que exigiam maior compromisso ambiental da petista e “No Rio petistas agredem Serra em evento”, sobre uma suposta bolinha que teria atingido sua cabeça, quando ele fazia campanha na Zona Oeste do Rio.

No dia 22: “Rui Falcão nega tudo”, em referência à manchete de capa que novamente ligava a quebra dos sigilos a um jornalista contratado pelo PT e “Violência na campanha opõe Lula e Serra”, sobre o fato de Lula ter dito que foi uma farsa a ida de Serra ao hospital depois de ter sido atingido por uma bolinha de papel em campanha e acusar um militante do PT.

No dia 23: “Carvalho nega tudo”, sobre as denúncias da manchete, em que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, era acusado de propina e “PT agora quer segurar ímpeto dos manifestantes”. No dia 24: “Acidente de percurso”, sobre um encontro entre passeatas tucana e petista e “PT é partido da ‘morte’, acusa bispo”, mais uma vez dando espaço na capa para críticas ao PT. No dia 25: “Mais um round”, sobre mais um debate entre os adversários na TV e “Enfim um dia de distensão na campanha”, sobre o dia sem incidentes.

No dia 26: “Jornalista é indiciado por quatro crimes”, dando o resultado do inquérito da Polícia Federal sobre Amauri Ribeiro Jr., o jornalista que teria sido contratado pelo PT e estaria envolvido nas quebras de sigilo e “Dilma e Serra fazem debate marcado por acusações”. No dia 27: “Vantagem de Dilma permanece, diz

Datafolha” e “Serra nega irregularidade”, com o tucano defendendo o Governo paulista das acusações de fraude na licitação do metrô de São Paulo, a única acusação contra o tucano que foi capa do jornal em todo esse período. No dia 28, seguiu a repercussão: “Justiça manda metrô mostrar propostas”.

Há dois dias das eleições, no dia 29, uma chamada sobre o tema que mais complicou Dilma na campanha e mais uma denúncia de corrupção no PT: “Papa quer que eleitor brasileiro considere aborto”, sobre a opinião do Papa de que a possível legalização seria absurda e “Tesorero do PT é réu por estelionato”.

Depois de um dia 30 sem chamadas, a última, no dia 31: “Religião e Moral dominam campanha de forma inédita”.

A análise estatística das chamadas de capa não é tão lógica e esclarecedora quanto a das manchetes e quanto será a das matérias principais da quarta página, por dois motivos. O primeiro é que elas têm tamanhos diferentes e estão colocadas em locais da página diferentes. O segundo é que suas variações temáticas são muito maiores que as das manchetes, mas mesmo assim será feito o levantamento.

Foram 114 chamadas de capa com conteúdo político-eleitoral. A enorme pulverização de assuntos não permite uma divisão com a feita entre as manchetes, mas alguns temas predominaram. Foram desconsideradas as chamadas relativas a colunistas e editoriais, mesmo que o tema fosse político/eleitoral, pois o enfoque deste trabalho são as matérias noticiosas.

Caso Erenice: 9 (8%)

Pesquisas eleitorais: 9 (8%)

Debates: 8 (7%)

Programas de TV: 5 (4%)

Críticas/denúncias/destaques negativos contra Lula, PT ou Governo: 21 (19%)

Quebra de Sigilo de Tucanos : 15 (13%)

Marina: 6 (5%)

Agenda dos candidatos: 7 (6%)

Assuntos diversos: 34 (30%)

Fica evidente que o destaque dado às duas denúncias que mais prejudicaram a campanha de Dilma, Caso Erenice e Quebra de Sigilo de Tucanos, somaram significativos 21% das tão diversificadas chamadas de capa. Se acrescentado o item “Críticas/denúncias/destaques negativos contra Lula, PT ou Governo”, o total alcança

40%. Número superior ao atingido pelo tópico “Assuntos diversos”, com 30%, e que todos os outros que aparecem na lista juntos, que totalizam 30%.

As chamadas também foram muitos utilizados pelo jornal para dar destaque a situações típicas de campanha e que, na maioria das vezes, não possuem relevância suficiente para ser a manchete principal, como: “Programas de TV”, “Agenda dos Candidatos” e “Debates”, que juntos somam: 17%. Outro assunto que consensualmente merece a manchete principal apareceu muitas vezes apenas como chamada: as pesquisas eleitorais. Elas representaram 8%. Vale lembrar que em todas elas Dilma aparecia na frente. Mas também é importante destacar que a maioria das pesquisas que ficaram como chamadas não haviam sido contratadas pelo jornal, mas feitas pelo instituto do maior concorrente, a *Folha de São Paulo*.

O outro dado estatístico interessante retirado da análise das chamadas é que Marina Silva (PV), a terceira colocada nas pesquisas, apareceu bastante nas chamadas, principalmente, no 2º turno, quando seu possível apoio virou tema recorrente.

5.3 Matéria principal da Quarta Página

No dia 1º de agosto, a matéria que abriu a quarta página do “Estadão” não foi sobre os candidatos ao Parlamento mais ricos, não sobre eleição presidencial. No dia 2, uma matéria media corrupção no Governo Lula: “Pelo um servidor por dia é cortado por irregularidades” e no dia 3 o tema era o enfretamento na TV: “Debate faz candidatos reduzirem ritmo”.

Dia 4: “Terceira versão do programa de Dilma elimina propostas polêmicas”, quanto a temas como controle da mídia e taxaço de grandes fortunas. No dia 5, mais uma vez o tema é o debate: “Dilma e Serra terão seu primeiro confronto direto da TV”. No dia 6, a repercussão: “Serra e Dilma polarizam debate, com foco em saúde e emprego”. No dia 7, destaque para pesquisa IBOPE: “Ibope mantém vantagem de cinco pontos para Dilma sobre Serra”.

No dia 8, a matéria principal é sobre o volume de políticos envolvidos em escândalos envolvidos na campanha, com destaque claro para os aliados de Dilma. A lista é encabeçada por Fernando Collor. “Eleição terá líderes de escândalos”. No dia 9, uma denúncia contra juízes federais de São Paulo que nada tem a ver com a disputa.

No dia 10, a repercussão da entrevista de Dilma ao Jornal Nacional, da TV Globo: “Dilma promete dar continuidade ao governo Lula, mas ‘sem repetir’”.

No dia 11, o escândalo da quebra dos sigilos de tucanos começa a ganhar a quarta página: “Analista da Receita afirma que sua senha foi usada indevidamente”. No dia 12, a matéria fala da participação de Serra no JN: “Serra tenta desassociar Dilma de Lula e diz que não se governa ‘na garupa’”. No dia 13, destaque para o Governo se defendendo das acusações tucanas: “Máquinas de Ministérios é usada para combater críticas de Serra”, em referência aos posicionamentos de alguns deles logo depois de críticas de Serra aos seus trabalhos, em entrevista.

No dia 14, o destaque é a subida de Dilma nas sondagens de intenção de voto: “Dilma abre 8 pontos sobre Serra, aponta pesquisa do Datafolha”. No dia 15, o destaque foi um escândalo envolvendo Roseana Sarney e, no dia 16, a repercussão deste caso.

No dia 17, manchete que mostra o crescimento das chances de vitória de Dilma: “Cresce chance de Dilma vencer no 1º turno, diz Ibope”. No dia 18, a análise do que cada candidato destacou na estreia de seu programa eleitoral na TV. “Na TV, Dilma encarna ‘herdeira’ de Lula e Serra vira ‘presidente da saúde’”. No dia 19, uma constatação quanto ao medo dos aliados de Serra mostrarem sua cara nos programas eleitorais, devido ao boom de popularidade do presidente Lula. “Aliados ignoram Serra no horário eleitoral gratuito”.

No dia 20, espaço aberto para acusação de Serra: “Serra acusa governo federal e o PT de tentar intimidar e censurar imprensa”, em encontro na Associação Nacional dos Jornais. No dia 21, novo destaque para decisão de Serra na campanha de se atrelar a Lula na TV: “Serra defende uso da imagem de Lula no seu programa no horário eleitoral”. No dia 22, ênfase para a suposta ‘fome do PMDB’, em caso de vitória de Dilma: “A 42 dias da eleição, PMDB reivindica dividir poder ‘meio a meio’ com PT”.

No dia 23 de agosto, repercussão de reunião tucana: “PSDB faz reunião de urgência para discutir finanças de campanha”. No dia 24, novo destaque para os problemas entre Dilma e o PMDB: “Comando da campanha de Dilma tenta conter apetite do PMDB por cargos”.

No dia 25: “Tucanos armam ofensiva pró-Serra em SP para impedir avanço de Dilma”, em menção à subida da petista nas pesquisas. No dia 26, o caso da quebra de sigilos volta a ganhar o destaque: “Violação de sigilo na Receita foi além de Eduardo Jorge e atingiu mais três tucanos”. No dia 27, o tema continua a dominar o debate: “Suspeitos de violar sigilos de tucanos são poupados em sindicância da Receita”. No dia 28, o jornal continua no tema: “Pressionada, Receita liga violação à propina”. Após 3 dias de destaque ao suposto escândalo, nova manchete com personagens que poderiam

participar do Governo Dilma e que foram linchados pela opinião pública: “Dirceu tenta barrar avanço de Palocci”, sobre possível entrada de Palocci na Fazenda ou na Casa Civil, o que acabaria acontecendo.

No dia 30, o tema é a disputa para o Senado, e, no dia 31, os sigilos fiscais de tucanos voltam ao destaque: “Receita exclui versão da propina ao pedir indiciamento de servidoras”. O mês muda, mas o tema continua o mesmo, em 1º de setembro: “Dados sigilos da filha de Serra também foram violados na Receita”. A onda denunciata do caso da Receita é também a matéria principal do dia 2: “Receita tentou abafar caso da violação do sigilo fiscal da filha de Serra”. No dia 3, mais Receita: “Cúpula da Receita omitiu motivação política da violação do sigilo de tucanos”, insinuando relações promíscuas entre o órgão e o governo federal.

No dia 4, o tema é outro. É a manutenção das intenções de voto nos dois principais candidatos: “Dilma para de avançar e Serra deixa de cair, indica pesquisa Ibope”. No dia 5, o assunto volta a ser a Receita Federal. “Dados de Eduardo Jorge na Receita também foram violados em Minas”, sobre novo suposto violador na cidade de Formiga. No dia 6, o destaque ao caso prossegue: “Analista da Receita que violou dados em Minas também é filiado do PT”. No dia 7: “Sigilo fiscal de filha de Serra também foi violado em agência da Receita em Mauá”. Nos últimos 8 dias, a Receita e as supostas violação de sigilos foram o tema da matéria principal em 7.

No dia 8: “Lula vira ‘escudo’ de Dilma na TV para evitar que caso do Sigilo a prejudique”. No dia 9, mais sigilos: “Além de filha, genro de Serra também teve dados fiscais violados em Mauá”. No dia 10, incrivelmente, mais sigilo: “Na TV Serra reage a Lula e cobra explicação sobre quebra de Sigilo”.

No dia 11, uma matéria que merece destaque: “PF prende governador, ex-governador e presidente do TCE no Amapá”. Merece destaque pois, na capa, aparece uma foto enorme de Dilma e Lula abraçados com o governador preso.

No dia 12, o destaque é novamente para denúncia contra aliada de Dilma: “Denúncia de esquema na Casa Civil faz oposição pedir saída de ministra”, em referência à Erenice Guerra, ex-braço direito de Dilma. A partir do dia 13, o Caso Erenice, passa a ocupar o espaço que, até então, era quase cativo das supostas violação de sigilos contra tucanos e parentes: “Família de Erenice também operou no Ministério de Minas e Energia”. No dia 14, mais Erenice: “Denúncia de tráfico de influência na Casa Civil derruba assessor de Erenice”. No dia 15, o caso alcança seu quarto dia como

destaque da seção de política: “Lula assume operação para blindar Erenice e culpar Serra por denúncias”.

No dia 16, o caso dos sigilos volta com todo destaque: “PF esvazia tese de crime político na violação de dados tucanos”, depois de tantas edições com o jornal tratando claramente a situação como crime político. No dia 17, volta Erenice, com ênfase em sua queda e em sua proximidade com a candidata do PT: “Escândalo de tráfico de influência derruba Erenice, braço direito de Dilma”. No dia 18, mais Erenice: “Comissão de Ética pune Erenice com censura, sanção sem efeito prático”.

No dia 19, sem denúncias sendo repercutidas, o jornal volta ao tema da tão criticada fome peemedebista por cargos: “PT reage a apetite do PMDB e demarca eventual espaço no Governo Dilma”.

No dia 20, nova denúncia contra do Governo Lula. É o caso dos Correios: “Denúncia derruba diretor dos Correios”. No dia 21, a repercussão e a relação com Dilma sendo explicitada: “Governo faz intervenção nos Correios para conter crise e preservar Dilma”.

No dia 22, nova denúncia contra o Governo Lula: “TV de Lula contrata por R\$ 6 milhões empresa onde atua filho de Franklin”, em referência a um contrato entre a TV Brasil e uma empresa onde trabalhava o filho do ministro da Comunicação Social. No dia 23, críticas de movimento a Lula: “Após ataques de Lula, juristas lançam ‘Manifesto em Defesa da Democracia’”. No dia 24, o destaque é para o Ficha Limpa.

No dia 25, matéria com destaque para a subida de Serra, mesmo a pesquisa constatando que Dilma vence no 1º turno: “Ibope: Serra sobe, vantagem diminui, mas Dilma ainda vence no 1º turno. No dia 26: “A 7 dias do pleito, Serra e Marina focam em grandes estados para forçar o 2º turno”. No dia 28, destaque para denúncia no Tocantins e, no dia 29, a repercussão.

No dia 29, destaque para queda de Dilma nas pesquisas: “Queda faz Dilma apelar a militantes; Serra e Marina apostam em 2º turno”. No dia 30, o tema do aborto, vem à tona: “Polêmica do aborto leva Dilma às igrejas”. No dia 1º de outubro, o destaque para decisão do STF, no dia 2, para o projeto Ficha Limpa e no dia 3, data da eleição, para entrevista com Ministro da Justiça.

No dia 4, destaque para aliado de Edison Lobão e, no dia 5, a base de Alcântara. No dia 6, a campanha volta a ser o principal: “Aliados do governo querem Lula menos agressivo no 2º turno” e, no dia 7, Serra defendendo privatizações: “Serra enfrenta discurso petista e defende privatizações feitas por FHC”. No dia 8, aborto, o tema mais

espinhoso para Dilma: “Cardeal de São Paulo cobra ‘posição clara’ de candidatos sobre o aborto”.

No dia 9, mais aborto: “Serra e Dilma dão largada na TV apelando para o discurso religioso” e, no dia 10, Caso Erenice está de volta: “Nomeado de Erenice nos Correios fecha contrato superfaturado de R\$ 2,8 mi”. No dia 11, mais Correios: “Procurador que anular contrato superfaturado nos Correios”. No dia 12, a continuação do caso: “MTA perde contrato, leva multas todo dia e pode parar de voar para Correios”, com enorme foto de Erenice abaixo da manchete.

Só no dia 13 de outubro, aparece como matéria principal da quarta página, uma denúncia contra aliado do candidato Serra, mas já com uma defesa do próprio, de seu aliado, na manchete: “Serra defende aliado acusado por Dilma”, em referência ao caso de desvios de verbas da campanha envolvendo Paulo Vieira de Souza.

No dia 14, resultado de pesquisa: “Dilma de 49% e Serra 43%, diz Ibope”. Em 15 de outubro: “PT vê disputa ‘problemática’ e aposta do Sudeste para segurar votos. No dia 16, volta o tema aborto: “Sob pressão de religiosos, Dilma lança carta-compromisso contra o aborto”. No dia 17, destaque para o possível apoio do PV à Dilma ou Serra no 2º turno: “Em busca do apoio do PV, candidatos assumem compromissos ambientais”. E no dia seguinte, 18, o anúncio do PV: “Marina rejeita acenos de adversários e declara ‘independência’ no 2º turno”.

No dia 19, destaque para a disputa entre militantes: “Guerra de panfletos leva campanhas de Dilma e Serra a recorrer ao TSE”. No dia 20, mais uma denúncia contra o PT: “Promotor denuncia tesoureiro do PT por crime de lavagem de dinheiro”.

No dia 21, pesquisa apontando vitória de Dilma: “Ibope mostra Dilma com 51% das intenções de voto, contra 40% de Serra” e, no dia 22, volta o caso dos sigilos: “Jornalista acusa coordenador de Dilma”, sobre denúncia de Amauri Ribeiro Jr. de que teria copiado sua investigação para o computador do coordenador da campanha, Rui Falcão.

No dia 23, denúncia contra o PT novamente: “PT e Gilberto Carvalho viram réus em ação sobre propina em Santo André”. No dia 24, destaque para o Congresso e, no dia 25, volta o Caso Erenice: “PF interroga Erenice e jornalista a menos de uma semana do 2º turno”, assim como no dia 26: “Erenice admite reunião com o consultor que denunciou tráfico de influência”.

No dia 27, apenas a segunda denúncia que poderia prejudicar a campanha de Serra: “Suspeita de fraude leva governo de SP a suspender obras da linha 5 do metrô”,

assim como da outra vez, a denúncia é apresentada já com a atitude tomada pelo aliado do candidato tucano. No dia 28, o tema é o projeto Ficha Limpa, mas, no dia 29, é novamente o aborto: “Papa repele aborto e diz que é dever de bispos orientar fiéis em matéria política”.

No dia 30, a disputa final por votos: “Lula e FHC, a 2 dias da eleição, brigam por votos em São Paulo para Dilma e Serra”. No dia 31, o tema é improbidade.

Dos 92 dias analisados, em 78 o tema possuiu viés político eleitoral. Fica evidente, mesmo antes da análise estatística que, principalmente no fim do mês de agosto e durante todo o mês de setembro, denúncias contra aliados de Dilma predominaram de forma absoluta como destaque da quarta página. Principalmente os casos Erenice, Quebra de Sigilos e dos Correios.

Fica claro também que, enquanto várias denúncias foram sistematicamente veiculadas contra aliados de Dilma, apenas duas foram destaque contra aliados de Serra e, como já citado acima, nas duas, sobre o caso de “Paulo Preto” e da licitação do metrô paulista, a denúncia já era apresentada com a defesa dos tucanos na manchete.

O levantamento dos temas das 78 manchetes:

Pesquisas: 7 (9%)

Debates: 3 (4%)

Programa eleitoral: 4 (5%)

Caso Erenice: 11 (14%)

Caso Sigilo: 15 (19%)

Denúncias/críticas/destaques negativos a Lula ou ao Governo: 14 (18%)

Aborto: 5 (7%)

Embates entre PT e PMDB por cargos: 3 (4%)

Denúncias contra tucanos: 2 (3%)

PV: 2 (3%)

Outros assuntos: 12 (15%)

O total alcançou 101% devido às aproximações por casas decimais.

A primeira constatação que pode ser feita é que só a soma dos temas: “Caso Erenice”, “Caso Sigilo” e “Denúncias/críticas/destaques negativos a Lula ou ao Governo”, todos ‘ruins’ para a campanha de Dilma, representaram 51% do total de matérias principais da quarta página com conteúdo político/eleitoral. Se forem somados

ainda os quesitos “Embates entre PMDB e PT por cargos” e o tema “aborto”, também delicados e onerosos para a imagem da campanha do PT, o número chega a 62%.

Quesitos mais genéricos, relacionados a dados de agenda de campanhas, como “Debates”, “Programa Eleitoral” e “Pesquisa” também ocuparam significativa parte das páginas. Somados alcançam 18% do total.

A comparação entre as 40 matérias, do total de 78, com conteúdo de denúncia ou crítica a aliados de Dilma, e as duas que denunciavam aliados de Serra, só podem levar a duas suposições. Uma delas seria que a página principal da seção de política foi sistematicamente usada para dar destaque a possíveis mal feitos de companheiros de Dilma, prejudiciais a sua campanha. A outra é que, para o jornal, as denúncias contra aliados da candidata, realmente, teriam chegado em maior número ao jornal, ou tido mais relevância, segundo a análise de seus jornalistas.

6. Conclusão

O objetivo deste estudo de caso era, através da análise detalhada das páginas de *O Estado de São Paulo*, entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2010, detectar se a posição editorial, externada pelo veículo em 26 de setembro de 2010, a favor da candidatura de José Serra à Presidência da República, teria influenciado na cobertura das eleições nas páginas noticiosas do jornal.

Depois do estudo minucioso de todas as manchetes de capa, chamadas de capa e matérias principais da quarta página do jornal, nesse período, várias estatísticas foram produzidas para embasar a análise a que o trabalho se propunha. Diversas observações empíricas foram feitas, a partir de percepções que iam se tornando possíveis, na medida em que as páginas eram estudadas.

Em todos os três tipos de categoria que foram avaliadas, três tipos de tema apareceram com frequência bem maior que os outros. O caso da quebra sigilos fiscais de tucanos e parentes, supostamente comandado por petistas, representou 15% das manchetes de capa nesse período, 13% das chamadas de capa e 19% das matérias principais de quarta página. O Caso Erenice, que envolvia recebimento de propina por parentes da mais próxima subordinada de Dilma, enquanto esta era ministra da Casa Civil, teve espaço parecido. 13% das manchetes de capa, 8% das tão diversificadas chamadas e 14% das matérias principais da quarta página. Destaques negativos, críticas e denúncias contra Lula, PT ou o governo também significam mais de 10% em todos os três tipos de categorias analisados.

Enquanto isso, as denúncias contra aliados do candidato José Serra, que poderiam prejudicar sua campanha, não tiveram o mesmo espaço no jornal. Apenas uma manchete de capa deflagrava um escândalo contra o tucano. Foi no dia 27 de outubro. A manchete era: “Governo de SP susta obras do metrô por suspeita de fraude”. Ao contrário do que acontecia com as notícias que envolviam aliados de Dilma, aqui, a manchete já era, na prática, o anúncio de uma pronta atitude de correção do governo paulista frente ao problema, como se o encerrasse e desaparecesse aí a lógica de iniciar-se uma série de denúncias.

Nas matérias principais de quarta página também foram muito raras as vezes em que algo que pudesse atingir a campanha do governador José Serra apareceram. Mais precisamente duas. Em ambas, assim como na manchete destacada, a manchete não

tinha forma de denúncia. Já representava uma ação para corrigir o suposto erro, ou defesa do candidato.

Em 13 de outubro: “Serra defende aliado acusado por Dilma”. A matéria fazia referência ao caso de desvios de verbas da campanha envolvendo Paulo Vieira de Souza e Serra já aparecia respondendo a denúncia na manchete. No dia 27, algo semelhante. Ao invés do texto acusador, como normal, já a atitude do governo paulista para sanar o problema. “Suspeita de fraude leva governo de SP a suspender obras da linha 5 do metrô”.

As denúncias contra membros do governo Lula, como Gilberto Carvalho, Franklin Martins e a crise nos Correios também tiveram grande destaque nessas três categorias estabelecidas para avaliar o comportamento do jornal. O tema “aborto”, espinhoso para Dilma, que teve de dar “explicações” a religiosos por ter dito, em entrevista antiga, ser favorável à legalização, em algumas situações, também teve bastante ênfase.

Muitas manchetes com críticas de movimentos ao comportamento, classificado de agressivo, de Lula, durante a campanha, que acusava a grande imprensa de parcial, também tomaram conta da capa e da quarta página.

Afirmar que o jornal *O Estado de São Paulo* favoreceu claramente a candidatura de José Serra seria exagerado. A direção do periódico poderia alegar que as denúncias diversas contra a campanha de Dilma não foram inventadas por ele, e que *O Estado* só as ressoava na medida em que elas iam surgindo. Poderia também afirmar, subjetivamente, que um menor espaço foi dado às denúncias contra Serra por elas terem acontecido em menor número e terem “perdido importância” mais rapidamente.

Mas o que os dados estatísticos e, portanto, distantes de quaisquer tendências políticas e teorias da conspiração mostram é que, sim, as denúncias contra aliados do candidato Serra tiveram menos destaque no jornal. Aquelas que atingiam o Governo Lula e aliados de Dilma tiveram enorme espaço nos setores nobres do periódico e as acusações de tucanos, ou movimentos sociais contra o governo federal, o PT ou Dilma tiveram um espaço que acusações contra tucanos não encontraram no periódico. Tudo isso foi provado por este trabalho através de números.

O estudo de caso foi realizado de forma detalhada e com um método claro e objetivo. Os resultados estão concluídos e análises de diferentes pessoas podem levar a conclusões diversas, mas aquelas apresentadas no parágrafo anterior estão balizadas em números, tão frios quanto só eles conseguem ser.

Este trabalho espera ter contribuído para a análise de um caso interessante de cobertura jornalística no Brasil e acrescentado dados e detalhes que ainda não haviam sido destacados e destrinchados sobre o comportamento de *O Estado de São Paulo* nas eleições 2010 para a Presidência da República.

A demissão de Maria Rita Kehl, relatada no terceiro capítulo, foi uma das principais motivações para que este trabalho fosse feito. Talvez, só o editorial, cuja importância e significado foram demonstrados no último tópico do primeiro capítulo, não fosse suficientemente estimulante para justificar uma análise como essa. Editoriais desse tipo são comuns na imprensa européia e americana. Mas uma demissão logo após uma coluna como *Dois Pesos...*, uma semana após a publicação do editorial *O Mal a Evitar*, era um indício forte de que opinião e páginas editoriais poderiam se confundir em algum momento.

O segundo capítulo apresentou diversas posições tomadas ao longo da história pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que deixavam clara sua tendência economicamente liberal e politicamente conservadora. Mais uma vez o jornal se posicionou assim e mais um caso pode ser acrescentado àqueles lá citados.

7. Bibliografia

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

TARDE, Gabriel. *La Opinion y La Multitud*, Madrid: Taurus, 1986.

MARTÍN BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

LABORIE, Pierre. *Histoire politique et histoire des représentations mentales*. In: PESCHANSKI. *Histoire Politique et Scienses sociales*. Paris: Complexe, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A Opinião Pública não existe*. Disponível em: http://www.4shared.com/document/e5eOfIBX/A_Opinio_Pblica_No_Existe__Pie.html, acessado em 20 de outubro de 2011.

BUCCI, Eugênio. *Sobre a Ética e a Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Hazar Editor, 1996.

TRAQUINA, Nelson. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In: R. Ortiz (org), São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Paulo Donizetti de. *Mino Carta: entrevista na Revista do Brasil*. Disponível em: <http://humbertocapellari.wordpress.com/2008/04/30/mino-carta-entrevista-na-revista-do-brasil-politica-imprensalaio-elite-branca-e-receita-de-bacalhau/>, acessado em 22 de novembro de 2011.

MARQUES DE MELO, José. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. USP, 1988

DINES, Alberto. *O Papel do Jornal*. São Paulo: Summus, 1986.

HOBSBAWM, Eric. *O século XXI - Reflexões sobre o futuro*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

LEMES, Conceição. *Maria Rita Kehl: os bastidores de sua demissão pelo Estadão*. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/maria-rita-kehl-os-bastidores-de-sua-demissao-pelo-estadao.html>, acessado em 20 de outubro de 2011.

FERNANDES, Bob. *Diretor do Estadão: Não houve censura à Maria Rita Kehl*. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4722596-EI6578,00-Diretor+do+Estadao+Nao+houve+censura+a+Maria+Rita+Kehl.html>, acessado em 20 de outubro de 2011.

Edições Impressas de O Estado de São Paulo (OESP). Disponível em: <http://digital.estadao.com.br>.

8. Apêndice

Uma psicanalista na imprensa, por Maria Rita Kehl

Talvez não exista no mundo nenhuma legislação que originalmente puna a mentira. O que quer dizer que existe uma esfera da não-violência na convivência humana que é totalmente inacessível à violência: a esfera propriamente dita do “entendimento”, a linguagem.

(Walter Benjamin)

O que deve escrever uma (um) psicanalista nas páginas de um jornal? Parece óbvio, pelo menos entre colegas de profissão, que sua primeira missão seja a de divulgar a psicanálise entre leigos. Se assim for, que seja feito com cuidado. Mesmo quando praticado com honestidade, o proselitismo tem limites. Na melhor das hipóteses, fica chato e previsível. Na pior, transforma-se em propaganda – à qual, invariavelmente, o epíteto “enganosa” assenta melhor que uma luva. Vale acrescentar que o profissional que utilizasse o espaço regular de um veículo de comunicação para divulgar a própria profissão despertaria, com razão, desconfiança nos leitores. Não estaria advogando em causa própria?

Caberia então ao psicanalista aproveitar o espaço na mídia para explicar ao leitor, com base na teoria freudiana, certos fenômenos e “comportamentos” que intrigam a sociedade? Com frequência é o que esperam editores e repórteres que nos solicitam entrevistas na esperança de obter o selo “Freud explica” como recurso prestigioso para a compreensão de todo e qualquer fenômeno social que inquiete os leitores e, pela mesma razão, ajude a vender jornais. Também nesse caso há que se ter cautela. Desde que, em meados do século passado, a psicanálise se popularizou – pelo menos entre setores intelectualizados das classes médias, na Europa e nas Américas – muito já se usou e abusou do jargão freudiano para explicar de crimes passionais a tendências de consumo, de corrupções a revoluções. Não há fenômeno da vida social que não se deixe empacotar na embalagem elegante do pacote *psi* : desde o “trauma” ao sintoma histérico, do complexo de Édipo às perversões. O impacto inquietante que a notícia sobre o inconsciente provocou nas sociedades bem comportadas do início do século XX deu lugar, cem anos depois, à expectativa de que a psicanálise possa oferecer explicações confortadoras para o mal estar na civilização. Mas a psicanálise não tem vocação apaziguadora. A grande potência do dispositivo analítico continua a ser a de desestabilizar – certezas, crenças, ilusões, defesas neuróticas, fortalezas narcísicas.

Por outro lado o interesse leigo pela psicanálise também tem aspectos positivos. Apesar do avanço do prestígio das neurociências, auxiliado pela poderosa máquina de influenciar comportamentos dos laboratórios farmacêuticos, o mundo contemporâneo ainda manifesta grande interesse pelos fenômenos do inconsciente.

A restrição que faço ao abuso de explicações psicológicas para tentar esclarecer as raízes dos fenômenos sociais que nos inquietam é que eles costumam naturalizar as razões do sofrimento social e, com isso, produzir conformismo em relação aos possíveis aspectos políticos do problema. “O ser humano é assim mesmo, Freud explica”, diz o conformista ilustrado, buscando acomodar a consciência a situações de caráter avesso à ilustração em nome da qual ele se pronuncia. Ora, *corpus* teórico da psicanálise, quando não participa da teoria crítica – única empreitada bem sucedida a aliar a potência investigativa da psicanálise à do materialismo dialético – não é aplicável fora da clínica. Somente na situação transferencial a teoria tem a função de nortear a escuta e as intervenções do analista na direção de uma cura que passa, necessariamente, pela indagação do sujeito a respeito de seu desejo. Por isso, em psicanálise, o termo *cura* não se confunde com o ideal médico de normalização das funções vitais e/ou sociais, e sim, ao contrário, aposta no encontro entre o sujeito e sua mais íntima anormalidade, sua singularidade radical.

A psicanálise, a rigor, não é aplicável a situações fora da relação de transferência que a clínica propicia. Há quem diga que o próprio inconsciente seja um fenômeno de laboratório, que só existe em presença do analista, se a transferência se estabelecer. Um purismo de tal monta deixa de levar em consideração os fenômenos coletivos estudados pelo que Freud chamou de “psicologia das massas”. Sim, o inconsciente participa da política. O psicanalista deve levar isto em conta a cada vez que, no dizer de Lacan, pretender abarcar com sua prática o horizonte subjetivo de sua época. Mas as formações do inconsciente que se manifestam na vida pública não são redutíveis àquelas que determinam a posição do sujeito frente a seu sintoma e ao Outro. O sintoma, quando social, não se reduz a uma mera amplificação do sintoma dito individual – embora por vias diferentes, ambos possam ser entendidos como tentativas de responder a uma suposta demanda do Outro.

A psicanálise, desde a sua criação, nunca foi uma flor de laboratório confinada ao espaço clínico que propicia a transferência; mas também não se presta ao papel de teoria disponível para explicar todas as bizarrices que o humano, sozinho ou em grupo, é capaz de praticar. Aliás, vale dizer que a psicanálise (assim como seu

irmão gêmeo em importância, no século XX, o materialismo histórico) não é uma *teoria aplicável*, à maneira dos modelos teóricos fechados, a situações individuais e/ou econômicas e sociais. A potência da psicanálise freudiana e do materialismo histórico de raiz marxista se mantém até os nossos dias porque, em ambos os casos, a teoria é sustentada por pressupostos dinâmicos aliados a métodos investigativos capazes de auxiliar, ainda hoje, na compreensão das tensões sociais, das crises econômicas, da dominação entre classes, assim como das motivações desconhecidas, ditas inconscientes, das ações individuais e grupais. Em ambos os casos, a teoria precisa se renovar constantemente para absorver as transformações que seus objetos, essencialmente dinâmicos, nunca param de sofrer. Tal instabilidade do objeto não impede que psicanalistas e marxistas se instalem na confortável linha de montagem da produção acadêmica. Nunca é demais lembrar a advertência de Lacan, de que a psicanálise não é um discurso universitário. Nossa paixão de segurança, tão humana, que nos leva a querer estar sempre sob a sombra de um mestre ou, o que é pior, de uma instituição, às vezes nos impede de entender que a psicanálise se pratica e se escreve a perigo. Ou será que isto vale para todo verdadeiro ato, seja político, clínico ou de escrita?

A função da escrita do psicanalista, se ele escreve a partir de sua prática profissional e não como poeta, romancista, cronista, filósofo amador ou o que mais ele possa desejar, deveria ser acima de tudo, uma função investigativa. Isto é o oposto do que se chama de *psicanálise aplicada*, reprodução mecânica do cânone teórico para “explicar” um filme, um livro, um assassinato ou um golpe militar. O melhor que um psicanalista pode fazer, na imprensa, é quase idêntico ao melhor que pode fazer um jornalista vocacionado: indagar o objeto de seu interesse, para além dos automatismos ideológicos e do conforto da teoria aplicada. A diferença está no instrumental de que cada um dispõe e do objeto a ser investigado. Investigar a história (marxismo), os “fatos” (jornalismo), as motivações e/ou as consequências silenciadas de um fato (psicanálise). Pensando bem, “silenciadas” pode ser um eufemismo para o termo exato: inconscientes. Se toda psicanálise, como escreveu Freud, é uma “psicologia de grupo” já que o sujeito é indissociável do campo simbólico a que pertence, daí decorre que alguns conceitos da clínica psicanalítica podem, sim, esclarecer fenômenos da vida social. Palavras, idéias e percepções podem ser recalçadas por uma determinada cultura – silenciadas, proibidas ou simplesmente encobertas pelos automatismos de pensamento, julgamento e ação a que chamamos ideologia. Ora: todas as formações

sociais sobre as quais a palavra silencia (pelo menos em seu alcance público) estão sujeitas a manifestações sintomáticas. O sintoma, essa tentativa de manter o recalque e ao mesmo tempo dar vazão ao impulso que se associa à representação recalcada, também pode se manifestar na vida social. A tarefa do psicanalista que escreve para leitores leigos não seria, prioritariamente, a de aplicar conceitos freudianos para explicar todos os acontecimentos que afetam as condições do laço social. Se o psicanalista, por efeito de sua prática clínica, se encontra em uma posição privilegiada para “vislumbrar no horizonte a subjetividade de sua época”, tal posição deveria torná-lo capaz de trazer para o campo simbólico alguns fragmentos de gozo (a que chamamos o Real) que ameaçam e desorganizam a vida em sociedade. Nisto, não estamos sozinhos; os filósofos, os sociólogos, os artistas em geral, compartilham dessa mesma empreitada de incluir as manifestações cegas do Real no campo simbólico, de farejar o recalcado e desvendar o sintoma social, sempre que isto estiver ao alcance de seu pensamento crítico ou de sua intuição.

Se sua observação for equivocada – porque não existe diagnóstico certo, menos ainda fora da clínica – ao menos terá colocado a bola em campo. A palavra cava um furo no muro de silêncio, ou de crenças pétreas, que obscurece a visão das raízes do sofrimento social. É óbvio que o psicanalista que escreve na imprensa, assim como o bom jornalista, não é profeta nem adivinho. Por mais ousada que seja sua palavra, ao entrar em circulação no espaço público estará sujeita a críticas, elogios, contestações. Na pior das hipóteses, será irrelevante. Na melhor delas, terá contribuído com a discussão de um fato, uma crença, um automatismo ideológico, que sem isto passariam despercebidos ou despertariam apenas o conformismo indignado e silencioso dos leitores. Se for bem sucedido, talvez encontre quem lhe diga que ele escreveu o que muita gente pensava. “Você escreveu o que eu queria ter escrito” é uma das frases que atesta a pontaria deste escritor. A outra possibilidade, de que um leitor se diga indignado com as “bobagens” escritas por ele, pode indicar que o autor errou a pontaria. Ou não: quem sabe a crítica revele que o texto cumpriu seu destino e, por isso mesmo, incomodou muita gente – como acontece com frequência entre jornalistas com direito a expressar sua opinião e assinar embaixo.

Só agora, seis meses depois de ter perdido minha coluna quinzenal num grande jornal paulista, sob alegação de não ter ocupado o espaço de que dispunha para escrever como psicanalista, sinto-me capaz de formular com clareza isto que, desde

sempre, foi para mim uma convicção. Todo texto autoral publicado na imprensa não especializada tem por vocação ser opinativo e analítico, no sentido amplo do termo. Penso que, ao ocupar este lugar público, o psicanalista não deve se imbuir do papel daquele que explica o mal estar. O psicanalista é o mais perplexo de todos os cidadãos, que por deformação profissional ou pela estrutura psíquica que determinou sua escolha, não consegue deixar de ser afetado, atravessado, pelas formações do inconsciente da sociedade em que vive. Por isso a escrita do psicanalista é sempre clínica – mas não sua aplicação. O que distingue o lugar do psicanalista na imprensa não é o número de vezes em que ele se refere a Freud, a Lacan ou ao complexo de Édipo, não é a escolha de pautas relacionadas á vida íntima, aos problemas amorosos ou familiares. O que poderia distinguir o psicanalista que escreve em jornais, e que acima de tudo – que isto não seja esquecido – é também um cidadão, é o modo como sua experiência clínica pode ajudá-lo, não a explicar, mas a escutar o sintoma social. É a abertura para as manifestações do inconsciente, e não a explicação teórica, que faz com que um texto seja psicanalítico – não “ao invés de” jornalístico, e sim “além de”.

Isto vale também para a escrita teórica de grande porte. A escrita psicanalítica não é a palavra do explicador professoral nem do especialista. Em uma carta dirigida a mim pouco antes de sua morte, Hélio Pellegrino afirmou que, no seu entender, o psicanalista deveria ser o contrário de um especialista, uma vez que sua prática profissional exige que ele se deixe afetar pela palavra do outro. Transformar-se em uma “caixa de percussão”, foi como Hélio Pellegrino definiu a posição subjetiva do psicanalista. Também sua escrita deveria se esgalhar em todas as direções de onde se manifeste o enigma do retorno do recaiado. Enigma diante do qual ele não se coloca como aquele que sabe e sim como o *clown* que não se constrange em manifestar sua perplexidade a fim de *desnaturalizar* tudo aquilo – a violência, a corrupção, a injustiça, a burrice que se conforma, a desigualdade, os abusos de poder – que somos levados a aceitar como se fossem fatalidades da vida social.

Fui jornalista antes de ser psicanalista. Comecei a escrever no extinto *Jornal do Bairro* dirigido pelo escritor Raduan Nassar e editado pelo generoso José Carlos Abatte, que me ensinou a formatação jornalística do texto. Isto se deu um ano depois da lei que impedia a contratação, na imprensa, de profissionais não formados nas faculdades de jornalismo – o que me condenou ao eterno lugar de escritora free-lance, a partir do qual acabei por colher as desvantagens e as vantagens da não-especialização. Vivi

exclusivamente dos ganhos com artigos jornalísticos durante os sete anos seguintes, sob a forma dos contratos mais irregulares, tanto na grande imprensa como na chamada imprensa nanica, que na década de 1970 fazia oposição à ditadura militar. Mesmo depois que comecei a exercer a função de psicanalista clínica, nunca deixei de escrever para revistas e jornais de maior ou menor circulação. Às vezes, sob encomenda de algum editor. Com maior frequência, publiquei textos de “opinião”, por iniciativa minha. A escrita jornalística me fez conhecer, mais do que os livros publicados ou os textos editados em revistas de psicanálise, a alegria incomparável de constituir uma voz que se faz reconhecer e escutar de imediato, no espaço público. Assim como o psicanalista, o autor de artigos assinados na grande imprensa só se autoriza por si mesmo. Se o texto for ruim, irrelevante ou longo demais, pode ser recusado pelo editor. Mas raramente um bom editor recusa o texto polêmico, ainda quando discorde dele. A polêmica é a faísca que intensifica a ligação do leitor com o jornal. Minha experiência é de que quanto mais provocativo o texto, maiores chances terá de conseguir espaço numa página de jornal. Por conta disso existem os provocadores profissionais, que garantem seu espaço incomodando os leitores, desafiando o senso comum, tenham ou não alguma coisa interessante a dizer. Tenho dúvidas quanto à lisura desse expediente: a provocação vazia pode mobilizar paixões tristes entre os leitores, mas raramente mobiliza pensamento. Em 1988 publiquei na Folha de São Paulo um texto muito curto de crítica ao estilo de Paulo Francis, então colunista daquele jornal. Ali afirmava que a máquina de provocar acionada por Francis com grande maestria e forte dose de dogmatismo, tinha a função de impactar e intimidar o leitor de modo a impedi-lo de pensar. O leitor de Paulo Francis aderiu a seu ponto de vista por efeito de fascinação ou por medo de humilhação, nunca por ter sido convocado a refletir junto com o autor.

O jornal não protege o free-lance das bobagens que ele escreve em nome próprio, embora – como fui perceber em 2010, com o episódio do cancelamento da minha coluna no Estado de São Paulo – nem tudo o que se escreve com o nome embaixo seja aceito pela diretoria, ou pelo corpo de acionistas, ainda quando o tema seja atual e o texto encontre um bom número de leitores. Os verdadeiros provocadores profissionais em geral não se arriscam nesse terreno: cutucam o leitor, nunca o patrão. Eu também não quis me arriscar, pelo menos não pelo puro gosto do risco. Mas é preciso que eu diga, com a máxima honestidade: mesmo nos casos em que não ignorava o perigo que minha escolha representava para a continuidade da coluna, quando uma pauta se impunha a meu pensamento e a meu desejo, não me sentia capaz de escolher

outro tema, menos comprometedor. O *ego* não escolhe nada. Quem escolhe é o desejo (inconsciente), ou o sintoma. No meu caso, ao se aproximar a data da escrita da coluna, um acontecimento daquela semana *me escolhia*. Então, já não podia mais me livrar dele a não ser – por escrito. A elaboração do texto é uma espécie de cura para o impacto (traumático?) do acontecimento.

Foi assim com o deslizamento do morro do Bumba, em Niterói, em abril de 2010, quando passei um mês como escritora convidada em Berkeley e pensava que, estando longe do Brasil, seria melhor escolher uma pauta fria ou um tema mais atemporal, mais pessoal, quem sabe mais “literário”. Quando vi na internet a notícia da tragédia em Niterói e a foto do cachorrinho encolhido, friorento, encharcado e cheio de medo, a coluna começou a se escrever sozinha em meu pensamento. Foi assim também com a discussão sobre o aborto, lançada de maneira pouco leal pelos articuladores da campanha de José Serra. Foi assim com o texto “Dois pesos”, que provocou o cancelamento da coluna no Estadão. Os melhores textos, do ponto de vista do prazer da escrita, são estes que se impõem, que se escrevem no pensamento muito antes de se ter tempo de encarar o teclado. São as pautas necessárias – se não para o leitor, ao menos para o autor. Daí a carga de verdade que contém. Verdade subjetiva daquele que escreve, que nem assim tem poder de preservar o escritor do erro.

Talvez por conta disso, o leitor há de notar a predominância de temas dolorosos entre os escolhidos para este livro. O Brasil dói. O Brasil traumatiza. Aqui, a irresponsabilidade generalizada do poder público obriga cada cidadão a se encarregar, sozinho e com poucos recursos privados, de remendar em sua vida particular os buracos que o Estado e seus representantes de todos os escalões não deveriam ter deixado que se abrissem. Dói a violência inscrita na ordem social brasileira. Dói o jogo cínico da política. A seguir, mas não nessa ordem rigorosa, estão a dor e a vergonha de constatar a persistência da desigualdade brasileira no campo dos direitos do cidadão e dos deveres do Estado. Impotente diante dos fatos, sinto necessidade de escrever: o texto *parece* que pode – pode o que? Quase nada. No melhor dos casos, o texto dispara o relê que acende uma pequena faísca que talvez se propague durante algumas horas. Poucas horas.

Poucas vezes escrevi crônicas descompromissadas, embora talvez estas tenham sido as que maior prazer eu tive em escrever: “Prá não dizer que não falei”, sobre as flores vadias que crescem nos canteiros da cidade, na primavera. “Estrada”, dois episódios rodoviários inventados, ocorridos com um filho e um pai, separadamente. Crônicas que alimentaram velhas veleidades literárias. Mas o país urge, o país arde, o

país exige reflexão. Acontece que sou brasileira e tudo, aqui, me diz respeito. Não por patriotismo, mas por identificação com o percurso vivido. Acontece também que sou psicanalista, tocada pela dor do mundo. E ainda metade jornalista, afetada pelo imperativo do tempo presente. Não abandono as veleidades literárias. Adio para a velhice, quando talvez não tenha mais razões nem tempo para dizer “ainda não”.

O Brasil é cativante e áspero, acolhedor e cruel. Escrever cura? É paliativo? Esparadrapo? Um pouco de cada um, e também uma via de acesso, para aquele que escreve, àquilo que ele sabe sem saber que sabe. Diante de acontecimentos muito impactantes é freqüente que eu não saiba o que dizer e o que pensar; mas tenho a convicção de que *sei por escrito*. Então escrevo para tomar posse do que já sabia sem saber, pensamento disforme do qual só consigo me aproximar ao ler o texto que ele produziu em mim. Só depois – penso nisso agora – o texto escrito irá circular no espaço público e, com sorte, introduzir um micro acontecimento no campo virtual a que chamamos “país”. Essa é a aposta de quem escreve.

P.S. Os textos aqui editados só tinham sentido, à época em que foram escritos, se encontrassem de imediato espaço para publicação. Por isso agradeço aos editores que me convidaram ou aceitaram publicar as crônicas escolhidas para este livrinho: Ricardo Azevedo e Rose Spina (Teoria e Debate), Uirá Machado (Página 3 da FSP) Laura Greenhalgh (Caderno 2 do ESP) Paulo Moreira Leite (Revista Época) Joaquim Palhares (Carta Capital), Kaike Nanne (AOL).